

SENADO

Senado Federal - Brasília DF

Edição Especial nº3 - Dezembro de 2007



BALANÇO 2007

Desafios, adversidades e realizações

Desafios superados

Um ano difícil, mas produtivo. O Senado da República enfrentou em 2007 muitos desafios e adversidades. Ao lado da Câmara dos Deputados, examinou um grande volume de matérias – incluindo as medidas provisórias, sempre polêmicas e com ritos rígidos – e enfrentou graves questões éticas que submeteram a Casa a grandes tensões e chegaram a levar a julgamento o presidente da instituição por duas vezes.

Mesmo assim não faltaram importantes iniciativas parlamentares, em resposta às demandas da cidadania. Em uma visão mais ampla, o Senado contribui, em 180 anos de existência, para a construção, a consolidação e o aprimoramento do Estado brasileiro. Não faltaram crises de todos os tipos, mas a instituição tem atuado de maneira propositiva.

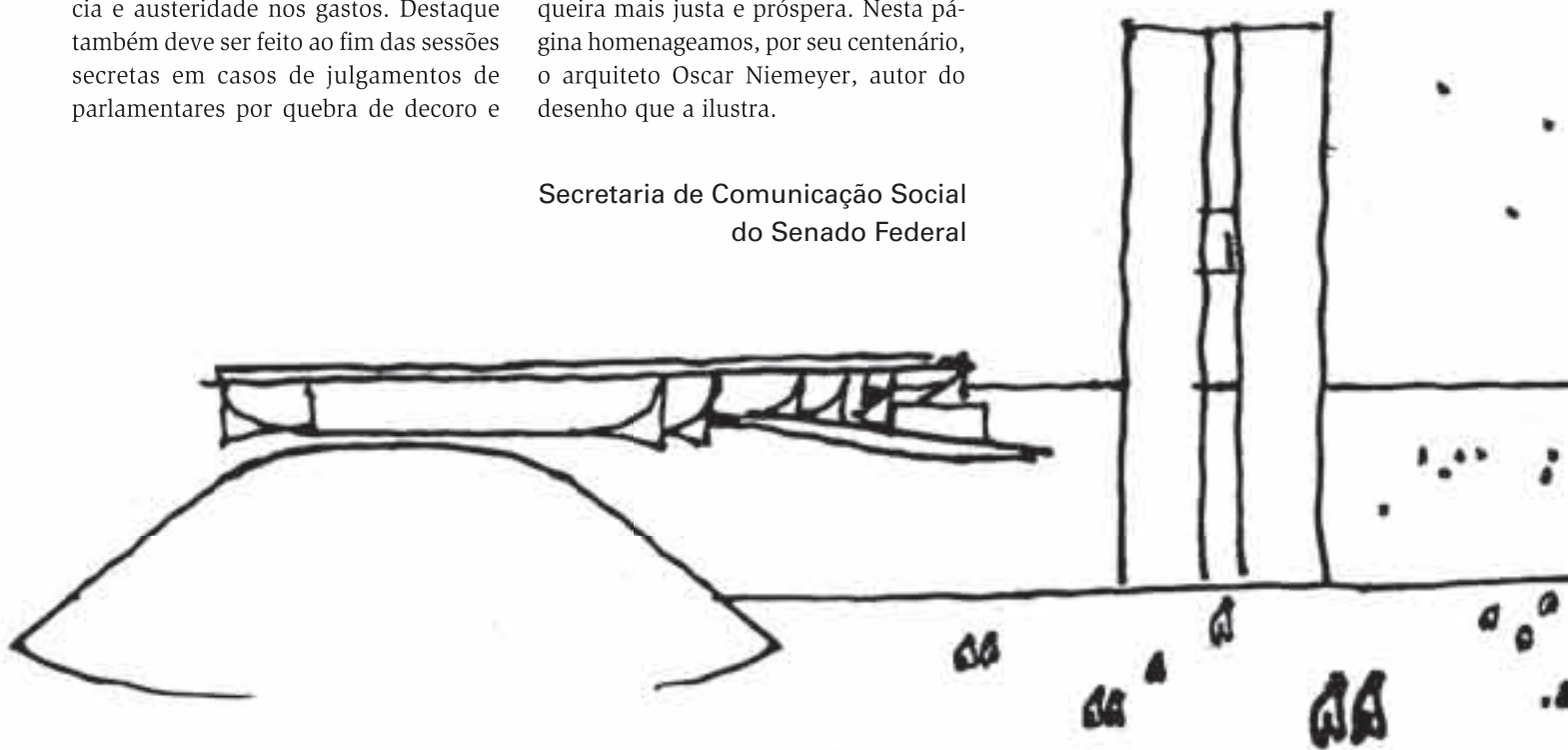
Em 2007, foram registrados avanços em campos vitais como o da transparência e austeridade nos gastos. Destaque também deve ser feito ao fim das sessões secretas em casos de julgamentos de parlamentares por quebra de decoro e

também à tramitação de propostas que devem acabar com o voto secreto em situações similares.

A produção do Senado Federal pode ser considerada expressiva. Um amplo conjunto de matérias foi aprovado para dotar o Estado e o Judiciário de melhores instrumentos para enfrentar a violência e o crime organizado. Iniciativas como a possibilidade de ampliação da licença-maternidade e a guarda compartilhada de filhos em caso de separação do casal figuram como ganhos inquestionáveis no campo social. A área da saúde teve mais atenção do Congresso e, com isso, receberá maiores aportes de recursos.

Esta revista é também uma prestação de contas e uma mostra dos serviços efetuados pelo Senado, instituição que representa a Federação. Ao mesmo tempo é um roteiro que já antecipa agendas políticas, sociais e econômicas relevantes para 2008, demandadas por todos os projetos de uma nação que se queira mais justa e próspera. Nesta página homenageamos, por seu centenário, o arquiteto Oscar Niemeyer, autor do desenho que a ilustra.

Secretaria de Comunicação Social
do Senado Federal



SENADO

SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivir Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich

Diretora da Agência Senado: Valéria Ribeiro

Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior

Editores assistentes: Mikhail Lopes e Eduardo Leão

Editores: Rafael Faria, Flávio Faria, Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Maria Lúcia Sigmaringa, Marba Furtado, Mariuza Vaz, Rita Nardelli, Suely Bastos, Flávio Mattos.

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Reportagens: Augusto Castro, Cláudio Bernardo, Cristina Vidigal, Domingos Mourão Neto, Eli Teixeira, Elina Rodrigues, Geraldo Sobreira, Gorette Brandão, Helena Daltró Pontual, Iara Borges, Iara Altafin, João Carlos da Silva Teixeira, Jorge Frederico, José Paulo C. Tupynambá, Laércio Franzon, Laura Fonseca, Marcos Magalhães, Mikhail Lopes, Nelson Oliveira, Paula Pimenta, Paulo Vasco, Raissa Abreu, Ricardo Icassatti, Ricardo Koiti Koshimizu, Roberto Homem, Silvia Gomide, Sylvio Guedes, Simone Franco, Teresa Cardoso, Tida Medeiros, Valéria Castanho e Thâmara Brasil.

Diagramação: Sergio Luiz Gomes da Silva, Iracema F. da Silva, Bruno Bazílio, Osmar de Jesus Miranda e Henrique Eduardo Lima de Araújo

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

CAPA: Cirilo Quartim sobre foto de Moreira Mariz

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo Almeida, Rita Avellino, Miquéas Morais

Estagiária de revisão: Ana Caroline

Edição de Fotografia: Éli da Costa

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima e Roberto Suguino

Circulação e Atendimento ao Leitor: Shirley Velloso Alves

Senado Federal: Palácio do Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes – Anexo I – Térreo – 70165-900 – Brasília (DF)

Jornal do Senado: (61) 3311-3333

E-mail: jornal@senado.gov.br

Agência Senado: (61) 3311-3327

E-mail: agencia@senado.gov.br

Alô Senado – Central de Relacionamento com o Cidadão: 0800 61-2211

E-mail: alosenado@senado.gov.br – Fax: 0800 61-2210

Central telefônica: (61) 3311-4141 – Internet: www.senado.gov.br

Publicações do Senado: Subsecretaria de Edições Técnicas: (61) 3311-3575 e 3311-3576

E-mail: livros@senado.gov.br

Tramitação de projetos: Secretaria de Informações – (61) 3311-3325 e 3311-2572

Biblioteca do Senado: (61) 3311-3943 e 3311-3944

E-mail: sbib@senado.gov.br

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado

FALE COM OS SENADORES

O cidadão pode enviar carta e e-mail ou telefonar diretamente para o parlamentar em seu gabinete. Por carta, deve endereçar o envelope ao Senado e escrever o nome do parlamentar. Para entrar em contato com o gabinete, basta consultar a lista com os telefones e endereços eletrônicos na internet (www.senado.gov.br) ou os serviços de atendimento com chamadas telefônicas gratuitas pelo 0800.

VISITE O SENADO

Os cidadãos podem agendar visitas ao Senado pelos telefones (61) 3311-2149 e 3216-1771. O passeio é guiado por funcionários. Para grupos de até dez pessoas não é necessário agendar, exceto estrangeiros, para que seja providenciado tradutor. O acesso se dá pela rampa do Salão Negro e o tempo médio da visita é de 50 minutos. O serviço é gratuito e funciona todos os dias. As visitas são feitas a cada meia hora, das 9h30 às 17h.

GERALDO MAGELA



6 **Senado**
Tarefa de presidente
Depois da tempestade

11 **Sistema Político**
Contra a infidelidade

12 **Congresso**
Dividir para agilizar

13 **Orçamento**
A chave do cofre

14 **Administração pública**
Regras claras para ONGs

16 **Municípios**
A fatia dos municípios

18 **Justiça**
Julgamento acelerado

20 **Segurança pública**
Senado entra na guerra



LEOPOLDO SILVA



23 Desenvolvimento econômico
Burocracia de menos

24 Tributação
Chance para os pequenos

26 CPMF
40 bilhões a menos

28 Saúde
Saúde é o que interessa

32 Meio Ambiente
Cisão no meio ambiente

34 Educação
Educar é preciso

38 Esporte e cultura
Convergência tecnológica

40 Trabalho e Previdência
Mais transparência

44 Memória
O adeus a ACM

45 Fotos

58 Direitos sociais
Em defesa dos hansenianos

60 Mulher
Mais informação para a mulher
Seis meses para cuidar do bebê

62 Criança e adolescente
É crime roubar a infância

64 Forças Armadas
Preparados para tudo

65 Ciência e tecnologia
Pelo bem do lucro e da ciência

66 Infra-estrutura
As leis que faltam

70 Energia
E se o gás acabar?

72 Agricultura
Raízes bem assentadas

74 Crise aérea
Lupa no apagão aéreo

76 Relações exteriores
União que faz a força

78 Institucional
Boas-vindas ao Senado
TV chega a 60 milhões de pessoas
Rádio em ritmo de expansão
Informação e serviço
Agência na era multimídia
Aperfeiçoamento dos servidores
Senado na preservação ambiental



Garibaldi Alves (centro) discursa, logo após ser eleito presidente do Senado, ao lado dos senadores Efraim Morais (à esq.) e Magno Malta

Tarefa de presidente

Eleito presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte, promete restaurar a imagem da Casa ante a opinião pública

Garibaldi Alves foi duas vezes governador

Bacharel em Direito e jornalista, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), de 60 anos e pai de dois filhos, exerceu quatro mandatos de deputado estadual, foi duas vezes governador de seu estado, prefeito de Natal (RN) e é senador pela segunda vez. Eleito em 2003, Garibaldi também exerceu o mandato no período de 1991 a 1994, deixando o cargo para assumir o governo do Rio Grande do Norte.

Ele foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, e entregou, em junho de 2006, um parecer com 1.430 páginas sobre o trabalho de um ano de investigações dessa CPI, criada para descobrir as relações financeiras de empresários, políticos e autoridades com o jogo do bingo.

No Senado, apresentou 58 propostas, sendo 14 projetos de lei, três projetos de resolução e uma proposta de emenda à Constituição.

O senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte, comandará o Senado até fevereiro de 2009 com a missão de melhorar a imagem da instituição ante a opinião pública do país.

– Vou preservar a independência do Poder Legislativo em relação aos outros Poderes da República. Vou tentar recuperar sua credibilidade perante a nação brasileira – prometeu.

Garibaldi foi o candidato único do PMDB, que conta com 20 senadores. Em votação na bancada do partido, venceu o senador Pedro Simon (RS) por 13 votos a seis. O senador gaúcho elogiou o colega potiguar, e reconheceu ter “divergências profundas” com a atual

direção do PMDB.

Antes da eleição para presidente da Casa, no Plenário, Garibaldi recebeu uma carta do PSDB, com uma lista de condições para que recebesse o apoio dos tucanos. Dentre as quais, a de manter a independência do Legislativo. “Jamais vacilei em assinar qualquer um dos princípios contidos na carta”, afirmou.

Logo após a votação, que venceu com 68 votos, contra oito desfavoráveis e duas abstenções, ele agradeceu

o apoio dos potiguares, de seu partido, e em especial do senador José Sarney (PMDB-AP), que, apesar de ter o nome cogitado para o cargo, declinou. Garibaldi concluiu reafirmando o compromisso levar a instituição a “dias melhores”.

Garibaldi Alves teve 68 votos, contra oito desfavoráveis e duas abstenções



Parlamentares de todos os partidos discutem em Plenário as alternativas para dar fim à crise que envolveu o presidente da Casa

Depois da **tempestade**

Crise vivida pelo Senado, que sofreu intensa pressão em 2007, motivou várias alterações nos ritos da Casa

A crise em torno do então presidente do Senado, Renan Calheiros, provocou intenso debate sobre o que é ético na conduta dos senadores e levou a mudanças no Regimento Interno. Teve fim a sessão secreta na decisão de processos por quebra de decoro parlamentar, com a aprovação, em setembro, do Projeto de Resolução 55/07, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que altera o rito e torna pública a sessão que debate a cassação do mandato de um parlamentar. Com isso a população pôde acompanhar os detalhes do segundo julgamento do senador Renan Calheiros.

Já a extinção do voto secreto exige mudança na Constituição. Tramitam propostas de emenda à Constituição de Paulo Paim (PT-RS) e Alvaro Dias (PSDB-PR) e do ex-senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Alvaro Dias e Sérgio Cabral querem voto aberto no Plenário em cassações de senadores. Já Paim propõe o fim do voto secreto em todas as situações.

Outro resultado da crise foi a aprovação de um regimento para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A ausência de rito próprio para o conselho deu espaço, na avaliação de vários senadores, ao cli-

ma de confusão que marcou os processos contra Renan Calheiros. Já no fim da crise, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) propôs um regimento para o conselho, que foi aprovado. Ela prevê afastamento preventivo, em caso de processo, do senador ocupante de cargo de corregedor, de membro da Mesa, do Conselho de Ética e presidente de comissão. E o conselho, não a Mesa, fica responsável por deliberar sobre a admissibilidade do pedido de investigação.

Esse afastamento, para os líderes, poderia ter solucionado a crise desde o começo. No Plenário, eles pressionaram para que Renan se licenciasse para dissipar as dúvidas sobre a isenção da Mesa e do conselho. Na opinião de Jefferson Péres (PDT-AM), Pedro Simon (PMDB-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Demostenes Torres (DEM-GO) e José Agripino (DEM-RN), Renan Calheiros, na condição de presidente da Casa, interferiu aberta ou veladamente para atrapalhar investigações e forçar o arquivamento dos processos. Porém, na sua segunda absolvição, em dezembro, ele já estava afastado do cargo.

Pressionado, Renan Calheiros renuncia à Presidência

A série de processos por quebra de decoro contra o então presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou o ano legislativo. A primeira denúncia surgiu no fim de maio, quando a revista *Veja* publicou reportagem segundo a qual Mônica Velloso, que tem uma filha com Renan, recebia o pagamento de sua pensão de R\$ 12 mil em dinheiro por meio de Cláudio Gontijo, lobista da empreiteira Mendes Júnior. De início, a maior parte dos senadores tratou a denúncia com reservas, e apoiou Renan após a sessão na qual defendeu-se, da cadeira de presidente. O apoio diminuiu à medida que tramitava a representação encaminhada pelo PSOL. Os entraves ao processo e o fato de ele continuar na Presidência foram vistos por vários senadores como interferência indevida.

Wellington Salgado (PMDB-MG), Almeida Lima (PMDB-SE) e Epitácio Cafeteira (PTB-MA) argumentaram no

sentido oposto: Renan seria vítima de uma campanha política e era preciso arquivar a acusação. Ele se dizia perseguido pelo usineiro João Lyra e pelo PSOL da ex-senadora Heloísa Helena, inimigos políticos em Alagoas, e pela revista *Veja*, em razão de interesses contrariados. Renan acusou a revista de fazer “cortina de fumaça” para ocultar a venda ilegal de concessão de canal de TV pelo grupo Abril, proprietário da *Veja*, a uma empresa estrangeira.

A situação do senador se agravou quando os documentos que apresentou como prova de que não precisava do dinheiro da Mendes Júnior foram contestados pela imprensa. Perícia da Polícia Federal, solicitada pelo Conselho de Ética, mostrou-se “inconclusiva”. No dia 12 de setembro, o presidente foi absolvido

em Plenário, por 40 a 35 votos, com 6 abstenções, do processo que teve três relatores: Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), pela cassação, e Almeida Lima, seu convicto defensor. Após a absolvição, Renan voltou a ser pressionado e se licenciou do cargo no dia

10 de outubro. Faltavam ainda quatro processos.

Jefferson Péres (PDT-AM), relator da terceira representação, viu evidências de que Renan era sócio oculto e dirigia em-

presas de comunicação, infringindo dispositivos da Constituição e do Regimento Interno. Mas, no dia 4 de dezembro, o relatório foi rejeitado em Plenário, em sessão aberta e votação secreta, por 48 a 29 votos, com 3 abstenções. Pouco antes, Renan renunciara à Presidência da Casa, após quase seis meses de resistência.

Senador foi absolvido duas vezes no Plenário. Fora do cargo, obteve placar mais dilatado

Joaquim Roriz desiste do mandato; Gim assume

Joaquim Roriz (PMDB-DF) renunciou ao mandato de senador no dia 4 de julho, depois de acusado de participar de negociata com recursos públicos. Evitou, assim, processo por quebra de decoro parlamentar, que cassaria seus direitos políticos até 2022. A Polícia Federal, na Operação Aquarela, o acusou de participar da divisão de R\$ 2,2 milhões que uma quadrilha desviou do Banco de Brasília.

Assumiu a vaga o suplente Gim Argello (PTB-DF). E o PSOL também ofereceu representação contra ele, investigado no mesmo caso de Roriz. A Mesa rejeitou a representação aceitando o argumento de que as denúncias se referiam a fatos anteriores à posse. Decisão semelhante foi tomada quanto à representação contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), acusado de envolvimento com o “mensalão tucano”.



Renan Calheiros resistiu às pressões pelo afastamento por quase seis meses e foi absolvido do segundo processo após renunciar ao cargo de presidente



Tião Viana em entrevista: “falta ao Legislativo situar-se como lugar do debate, da iniciativa eficaz e do enfrentamento dos desafios”

Tião Viana assume interinamente o cargo

Vice-presidente, Tião Viana (PT-AC) assumiu interinamente a Presidência do Senado no dia 11 de outubro, com o pedido de licença de 45 dias – renovados por mais 35 – do presidente, senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Pressionado por senadores de todos os partidos por causa dos seis processos por quebra de decoro parlamentar, Renan Calheiros se afastou para preservar o mandato de senador.

Ao assumir, Tião Viana, que comandou a Casa até o dia 12 de dezembro, obteve o apoio de todos os líderes e garantiu não ter intenção de candidatar-se à Presidência do Senado, caso Renan renunciasse ao cargo. Durante toda a crise, o parlamentar petista preferiu manter-se neutro, mesmo reconhecendo que, dada a tensão no Senado, o governo começava a ter dificuldades para aprovar a pauta de votações. A postura de Tião Viana contribuiu para restaurar o clima de

distensão e normalidade, que permitiu a retomada de votações. No auge da crise, os líderes Arthur Virgílio (AM), do PSDB, e José Agripino (RN), do DEM, tinham obstruído a pauta do Plenário.

A interinidade de Tião Viana favoreceu a tramitação da posteriormente derrotada proposta de emenda à Constituição que prorrogava a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011 (*veja mais nas páginas 26 e 27*)

— grande preocupação do governo.

Logo que assumiu a Presidência, ele também conseguiu destrancar a pauta para aprovar o projeto de lei que modifica o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Com isso, os alunos de baixa renda poderão financiar integralmente seus cursos em universidades privadas.

Outra vitória de Tião Viana foi a aprovação da medida provisória que criou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Ele também se empenhou pessoalmente na aprovação da regulamentação da Emenda 29, que garante mais recursos para a saúde (*veja mais na página 28*).

Vice-presidente comandou a Casa após a licença de Renan Calheiros

Para Viana, falta ao Legislativo situar-se como o “lugar do grande debate, da iniciativa eficaz e do enfrentamento dos desafios do país”.

No exercício da Presidência, ele disse que sua maior preocupação é com a defesa do Parlamento e com a sua transparência.

– A visibilidade de suas ações fará do Senado uma instituição mais forte. A instituição precisa construir uma agenda, não do tamanho das pequenas crises, mas do tamanho do Brasil.

Medidas para dar mais transparência ao Senado

A Mesa do Senado decidiu divulgar na internet a prestação de contas da verba indenizatória de R\$ 15 mil que cada senador recebe mensalmente. O presidente interino da Casa, Tião Viana, autor da proposta, considerou a decisão um passo importante em favor da transparência. Os gabinetes estão sendo treinados para iniciar em janeiro de 2008 a divulgação dos dados.

– Não há nenhuma razão para não colocar esse assunto de maneira inteiramente transparente, como exige a imprensa e a sociedade.

Outra medida anunciada pelo presidente interino em favor da transparência foi a divulgação dos pedidos de licença dos senadores. Com isso, serão conhecidos tanto os afastamentos por razões médicas como aqueles por motivos pessoais. Tião Viana defendeu ainda o fiel cumprimento do Regimento Interno para que o Plenário discuta e vote mais matérias.

Tião Viana também anunciou a suspensão da construção do edifício que abrigaria o Anexo III do Senado, no



LEOPOLDO SILVA

Viana (E) reúne-se com a Mesa diretora: divulgação da prestação de contas dos R\$ 15 mil mensais de verba indenizatória que cada senador recebe é exigência da sociedade

valor de R\$ 21 milhões. E respondeu à ONG Transparência Brasil, segundo a qual o Senado brasileiro seria o mais caro do mundo.

– O Senado já demonstrou em todas

as ocasiões, sem conseguir nenhum espaço na imprensa, que os dados da ONG estão errados e as conclusões assentadas sobre metodologia completamente equivocada – declarou Viana.

Projeto permite ao Senado consolidar leis federais

Os senadores aprovaram em outubro de 2007, no Plenário, projeto de resolução do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta o processo de consolidação das leis no Senado. Ele disse que a Casa poderá ter a iniciativa de consolidar leis federais, pois a redução da quantidade de leis no país é questão discutida pela sociedade.

O projeto de resolução (PRS 43/07) inclui, no Regimento Interno do Senado, normas relativas à apresentação, tramitação e aprovação de projetos de lei de consolidação — ou seja, aqueles projetos que visam à redução e à fusão de leis que tratam do mesmo assunto.

– A aprovação concede ao Senado

as prerrogativas que o Poder Executivo e a Câmara dos Deputados já possuem – declarou Tião Viana.

A proposta, explicou, insere no Regimento Interno mecanismos que permitem cumprir as determinações do inciso I do artigo 14 da Lei Complementar 95, de 1998, que trata da consolidação das leis.

Um dos artigos PRS 43/07 estabelece que “é facultado a qualquer senador ou comissão oferecer projeto de lei de consolidação, atendidos os princípios de que tratam os artigos 13, 14 e 15 da Lei Complementar 95, de 1998, vedada a alteração no mérito das normas que serviram de base para a consolidação”.

Providências simples reduzem gastos

Algumas medidas adotadas por Tião Viana reduzirão os gastos do Senado. Não mais existirão as comissões de servidores formadas para tratar de assuntos extraordinários; os participantes delas eram remunerados para a tarefa. Outra iniciativa foi a contenção dos gastos das comissões com viagens e hospedagens, tanto de servidores como de convidados para audiências públicas. Não são mais adquiridas, por exemplo, passagens em classe executiva para pessoas vindas do exterior. E para dar mais transparência e visibilidade ao processo legislativo, o portal do Senado na internet foi alterado, garantindo pesquisa rápida e mais fácil sobre a tramitação das matérias.

Contra a infidelidade

Senado aprova proposta de emenda constitucional que assegura aos partidos políticos a titularidade do mandato eletivo

Em 17 de outubro, o Senado Federal aprovou o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à proposta de emenda à Constituição (PEC 23/07) do senador Marco Maciel (DEM-PE) que assegura aos partidos a titularidade dos mandatos parlamentares e dos mandatos eletivos do Poder Executivo. A matéria prevê a perda do mandato dos políticos que se desligarem do partido pelo qual foram eleitos, salvo nos casos de extinção, incorporação ou fusão da agremiação.

A iniciativa do Senado de trazer de volta ao Plenário o debate sobre a fidelidade foi, como afirmou o

MOREIRA MARIZ



Projeto do senador Marco Maciel prevê a perda do mandato do político que se desligar do partido pelo qual se elegeu

então presidente interino da Casa, Tião Viana, ao anunciar que a proposição seria colocada em pauta, uma tentativa

de dar resposta à sociedade diante de um processo chamado por especialistas de “judicialização da política”.

A percepção de que, no Brasil, o Judiciário legisla foi fortalecida por duas decisões recentes, que, apesar de reproduzirem o sentido da PEC aprovada pelo Senado, a antecederam. Provocados a opinar sobre a titularidade dos mandatos políticos, tanto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quanto o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram que ela é dos partidos.

Novas critérios para rateio do Fundo Partidário

O Senado aprovou em fevereiro projeto da Câmara (PLC 7/07) que fixa novos critérios para a distribuição do Fundo Partidário. Do total de recursos, 5% serão destinados em partes iguais aos partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. O percentual anterior era de 1%. Os outros 95% serão distribuídos na proporção dos votos obtidos por partido na última eleição para a Câmara. A lei foi sancionada em março. Foi aprovado em dezembro pela CCJ projeto de lei (PLS 564/07) de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que responsabiliza exclusivamente o órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tenha causado dano ou contraído dívida.



Plebiscito pelo Maranhão do Sul

Os eleitores do Maranhão poderão ir às urnas para decidir, em plebiscito, sobre a criação do estado do Maranhão do Sul. Projeto de decreto legislativo

(PDS 2/07) nesse sentido, cujo primeiro signatário é Edison Lobão (PMDB-MA), foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. A capital seria Imperatriz.

Dividir para agilizar

Proposta de emenda constitucional de Marco Maciel prevê que os vetos presidenciais sejam analisados em separado pelo Senado e pela Câmara

Os vetos do presidente da República a projetos do Congresso deverão ser votados separadamente no Senado e na Câmara, conforme determina proposta de emenda à Constituição (PEC 57/05) do senador Marco Maciel (DEM-PE).

De acordo com a PEC, os vetos presidenciais serão votados, no Senado e na Câmara, em 30 dias a contar do seu recebimento. Os vetos só poderão ser rejeitados pela maioria absoluta dos senadores e dos deputados, e a votação é secreta.

A PEC estabelece também que os vetos encaminhados anteriormente à

data em que a medida entrar em vigor ainda deverão ser analisados em sessão conjunta das duas Casas, só podendo ser rejeitados pela maioria absoluta dos deputados e senadores.

Marco Maciel argumenta, na justificativa da PEC, que é difícil a deliberação sobre vetos pelo Congresso Nacional. Com a votação feita separadamente pelas duas Casas, observou o senador, a apreciação dos vetos será menos demorada.

Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta consta agora da pauta do Plenário para ser votada em primeiro turno.

FOTOS: JANE ARAÚJO



O deputado Walter Pinheiro (E), a líder do governo Roseana Sarney e o senador Heráclito Fortes debatem veto presidencial

Presidente poderá abrir sessões legislativas

JANE ARAÚJO



No início de 2007, Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em seu segundo mandato

O Senado aprovou, em março, proposta de emenda à Constituição que obriga o presidente da República a comparecer ao Congresso Nacional na abertura de cada sessão legislativa, dia 1º de fevereiro. O autor da PEC (64/99) é o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A proposta, que agora tramita na Câmara, estabelece que o presidente deve comparecer ao Congresso para apresentar sua mensagem e plano de governo aos parlamentares, expondo a situação do país e suas metas para o cumprimento do disposto no artigo 3º da Constituição.

Pela Constituição, o presidente deve encaminhar sua mensagem e plano de

governo ao Congresso por ocasião da abertura da sessão legislativa, sem a necessidade de estar presente. A PEC 64/99 altera o inciso XI do artigo 84 da Carta Magna.

Suplicy quer maior interação com parlamentares

Na sessão plenária que aprovou a matéria, Suplicy disse que será muito positiva a presença do presidente na abertura da sessão legislativa do Congresso, para ele próprio transmitir sua mensagem

e também ser ouvido, aumentando a interação com os parlamentares. Suplicy lembrou que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) já comparece nessa ocasião ao Congresso e lê sua mensagem.

A chave do cofre

Rito posto em prática pela primeira vez diminui a quantidade de integrantes da Comissão Mista de Orçamento; derrubada da CPMF gera impasse

Com estrutura mais enxuta para agilizar suas decisões, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) colocou em prática as novas regras para tramitação e aprovação das leis orçamentárias, definidas pela Resolução 1/06, e discutiu o Orçamento, que, pelo menos antes da derrubada da prorrogação da CPMF (leia mais nas páginas 26 e 27), prometia alavancar a economia, de olho nas eleições municipais de 2008.

Houve pela primeira vez, com as novas regras, um relator de Receita, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Ele reestimou as receitas primárias brutas da União em 2008 para R\$ 704,6 bilhões, um aumento de R\$ 21,8 bilhões em relação ao projeto do Orçamento do Executivo. Dornelles, porém, previa a prorrogação da CPMF, que caiu no Senado no dia 12 de dezembro. Com a derrota do governo, o Orçamento para 2008 ficou em um impasse: é preciso reestimar receita e realocar gastos, sem os cerca de R\$ 40 bilhões garantidos pela CPMF. Para o presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), a decisão está nas mãos do Executivo. Ele se reuniu com os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, e com o relator-feral, deputado José Pimentel (PT-CE), para acertar nova data para votar o Orçamento: fevereiro de 2008.

A proposta enviada ao Congresso (veja abaixo) projeta crescimento real

JOSE CRUZ



Ao lado do presidente da CMO, José Maranhão, o relator de Receita Francisco Dornelles (E), que contava com a CPMF e reestimou para R\$ 704,6 bilhões as receitas primárias brutas

do produto interno bruto (PIB) de 5%, inflação cravada em 4%, juros básicos da economia (taxa média da Selic) de 10,10% e aumento de 7,19% no salário mínimo, com valor em R\$ 407,33 a partir de março. Com o cenário otimista, impulsionado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os parlamentares reforçaram as verbas para investimentos nos seus redutos eleitorais, em pequenos e médios municípios. José Pimentel elevou o teto das emendas individuais (25 ao todo) de R\$ 6 milhões para R\$ 8 milhões, subindo o valor orçado de R\$ 3,52 bilhões para R\$ 4,74 bilhões.

Votação do Orçamento pode acontecer só em 2008

A CMO também votou o principal instrumento de planejamento do governo, o Plano Plurianual (PPA) para 2008-2011. O relatório do deputado Vignatti (PT-SC) autorizou o governo a remanejar 30% dos recursos do PAC sem anuência prévia do Congresso. Mas, a cada quatro meses, o governo deverá prestar contas sobre a execução do PAC.

Em dezembro, José Maranhão pediu ao Tribunal de Contas da União auditoria nos custos de obras que, incluídas no Orçamento, teriam “preços exorbitantes”, segundo denúncia do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA).

Estimativas do Executivo para 2008	
IPCA	4%
IGP-DI	4%
PIB real	5%
Câmbio médio	US\$ 1 = R\$ 1,98
Salário mínimo	R\$ 407,33
Taxa Selic	10,10% ao ano



Regras claras para ONGs

CPI que investiga o terceiro setor identifica a necessidade de uma lei que discipline repasses de verbas públicas, que em 2008 devem chegar a R\$ 4 bi

A falta de controle público sobre o trabalho das organizações não-governamentais (ONGs) que recebem recursos federais é uma das constatações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs. Criada para apurar a liberação de dinheiro público para essas entidades, a CPI apontou a necessidade de elaboração de legislação que discipline o repasse de recursos e a fiscalização do setor.

– Talvez o nosso grande propósito seja estabelecer um marco regulatório que dê transparência ao uso de bilhões de reais que saem dos cofres públicos – disse Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da CPI, instituída por requerimento de Heráclito Fortes (DEM-PI).

Segundo o procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, em 2008 os repasses da União

CÉLIO AZEVEDO



Inácio Arruda (E), relator, e Raimundo Colombo, presidente da comissão parlamentar de inquérito: falta controle sobre o trabalho realizado por organizações não-governamentais

para essas organizações atingirão R\$ 4 bilhões.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lem-

bra que projeto de uma lei para o setor já foi aprovado no Senado em 2002, mas está parado na Câmara.

Mais rigor contra quem desviar recursos da saúde

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que altera a Lei de Improbidade Administrativa para aumentar as sanções a agentes públicos nos casos em que houver desvio de verbas destinadas à saúde e à educação. O projeto (PLS 119/05) é do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) e foi relatado por Serys Slhessarenko (PT-MT), mas desde abril aguarda votação na Câmara. A suspensão de direitos políticos passa de oito a dez anos para dez a 12, e o pagamento de multa será de até quatro vezes o valor do aumento do patrimônio.

ROOSEVELT PINHEIRO



Papaléo quer punição maior para desvio de verbas destinadas a saúde e educação

Prioridade aos processos contra servidor público

Projeto que dá prioridade à tramitação dos processos penais sobre crimes praticados por funcionários públicos contra a administração foi aprovado pela CCJ. A proposição é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e foi relatada pelo senador Edison Lobão (PMDB-MA). Segundo ele, nos últimos 18 anos o Supremo Tribunal Federal não condenou nenhuma autoridade pública. No Superior Tribunal de Justiça, das ações penais abertas contra autoridades, 28% são de crimes contra a administração pública. A proposta, porém, até hoje não foi submetida a votação na Câmara.



Eduardo Suplicy mudou o texto aprovado pela Câmara dos Deputados para permitir o pregão eletrônico na contratação tanto de pequenas quanto grande obras de engenharia

Pregão eletrônico obrigatório para contrato de até R\$ 3,4 mi

Foi aprovado em outubro pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que amplia o uso do pregão eletrônico, tipo de licitação que agiliza, diminui o preço e aumenta a transparência nas compras governamentais. Relatada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a proposta determina o uso do pregão para a maior parte das contratações, inclusive para serviços e obras de engenharia do tipo menor preço e também na aquisição de bens e serviços gerais, para contratos de até R\$ 3,4 milhões. Acima desse valor, o pregão eletrônico será facultativo, e a decisão caberá a cada órgão da administração

pública. A modalidade é considerada mais eficaz contra combinações para superfaturamento dos contratos.

O projeto (PLC 32/07), que propõe mudanças na Lei de Licitações (Lei 8.666/93), está pronto para ser votado em Plenário e, mantidas as alterações do Senado, retornará à Câmara.

Para serviços de engenharia, conforme o texto de Suplicy, o pregão será adotado até o limite de R\$ 3,4 milhões. Além de permitir construções de grande porte, o limite facilita execução de obras menores, como escolas e reformas em hospitais, favorecendo a participação de pequenas empresas nos pregões.

O que deve mudar nas licitações do setor público

- Inclui o pregão eletrônico entre as modalidades de licitação, ao lado da carta-convite, tomada de preços, concurso, leilão e concorrência.

- Cria o Cadastro Unificado de Registro e Preços, sob responsabilidade da União, para registro dos preços médios

observados no setor público.

- Torna obrigatório o uso do pregão eletrônico nas aquisições de bens e serviços de até R\$ 3,4 milhões e para serviços que envolvam seleção por técnica e preço, inclusive obras de engenharia.

- Estipula garantia de até

10% do valor do contrato quando o valor proposto pelo licitante for inferior a 80% do valor orçado pelo órgão. O objetivo é dificultar a participação de concorrentes com propostas inexequíveis.

- Prevê a utilização de arbitragem na solução de conflitos decorrentes de execução de contrato.

Reajuste no salário dos políticos

O Senado aprovou reajuste de 28,5% dos salários dos parlamentares, presidente da República e ministros. Senadores e deputados passaram a receber R\$ 16.512,09. Os vencimentos do presidente subiram de R\$ 8.885 para R\$ 11.420. E os do vice-presidente e dos ministros, de R\$ 8.362 para R\$ 10.748.

Reestruturação de cargos e gratificação

Foi aprovado pelo Senado projeto de lei de conversão (PLV 15/07) à medida provisória que reestruturou cargos e instituiu gratificações na Previdência Social. A medida beneficiou 69.576 pessoas, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas. A medida teve por objetivo a valorização dos funcionários da Previdência.

Comunicação no Palácio do Planalto

A criação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República foi aprovada pelo Senado. O cargo de secretário de Comunicação Social, ocupado pelo jornalista Franklin Martins, passou a ter *status* de ministro. Ele responderá pela política de comunicação do governo e pela publicidade governamental.

Mais de mil novos cargos para o TST

O Congresso aprovou a criação de 1.119 cargos e funções no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Do total, 324 são para analista judiciário, 169 para técnico judiciário, 88 para cargos em comissão e 538 para funções comissionadas. O projeto deu origem à Lei 11.493/07 e foi relatado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).



Acordo de líderes permitiu que a PEC 75 fosse votada em primeiro e segundo turnos em uma única sessão no dia 29 de agosto

A fatia das cidades

Prefeitos obtêm vitória com o aumento de 22,5% para 23,5% na parcela a que eles têm direito na arrecadação da União com o Imposto de Renda e o IPI

A promulgação em 20 de setembro de 2007 da Emenda Constitucional 55/07, que aumentou os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), atendeu a uma das mais antigas reivindicações dos prefeitos, que anualmente marcham a Brasília em busca de distribuição mais equitativa dos recursos públicos.

Antes de passar a fazer parte do texto constitucional, a proposta de emenda à Constituição (PEC 75/07) foi acolhida pelo Senado. O FPM, até então, era composto de 22,5% da arrecadação total da União com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e passou a receber 23,5% de ambas as arrecadações. Estima-se que o aumento dará mais R\$ 1,8 bilhão ao FPM, que é distribuído aos municípios proporcionalmente ao número de habitantes.

A matéria, que altera o artigo 159 da Constituição federal, foi aprovada por unanimidade e em tempo recorde no Senado graças a acordo de líderes para que a discussão e votação em primeiro e segundo turnos ocorressem em várias sessões realizadas em um só dia, 29 de agosto de 2007.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, o aumento de um ponto

percentual do FPM não chega a ser a solução para os prefeitos, mas já é um avanço para atingir os 15% do orçamento municipal que devem ser investidos na Saúde.

Em abril, durante a 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia prometido mobilizar a base de apoio ao governo para a votação da medida no Senado. A expectativa era de que a aprovação pudesse se dar no meio de uma discussão mais ampla da reforma tributária, que incluiria, ainda, a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), medidas também defendidas pelos prefeitos como forma de redefinir o pacto federativo nacional.

Essas reivindicações dos prefeitos ficaram claras em debates promovidos pela Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, presidida pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB) e que tem como vice-presidente o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN).

No colegiado, Ziulkoski chamou a atenção para a diferença crescente entre a arrecadação da União, dos estados e dos municípios e suas atribuições. Ele destacou que, a partir da Constituição de 1988, as responsabilidades dos municípios com os serviços essenciais têm aumentado, ao passo que a União vem elevando sua participação na arrecadação de tributos. Tudo isso paralelamente à ampliação de restrições severas, como as estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal de 2001.

JOSE CRUZ



Garibaldi (E) é vice da Subcomissão de Assuntos Municipais, presidida por Cícero Lucena

JANE ARAÚJO





Para Lobão, direitos e deveres são repartidos injustamente entre estados, municípios e União

■ Edison Lobão aponta “simulacro de federalismo”

O Brasil tem vivido, de acordo com o senador Edison Lobão (PMDB-MA), um “simulacro de federalismo, no qual direitos e deveres são repartidos de maneira intrinsecamente injusta”. Segundo ele, a concentração excessiva de receita tributária nos cofres da União faz com que o conceito de federação seja esvaziado. – Talvez o exemplo mais ostensivo disso seja a educação. A Constituição de 1988 conferiu à União a responsabilidade de atuar no campo da educação superior. Todavia, sobre os ombros dos estados e municípios recai toda a educação básica – avaliou Edison Lobão.

Senado cumpre rotina de compensar estados

Enquanto não é aprovada nova sistemática para desoneração das exportações, no âmbito de uma reforma tributária, o Senado cumpriu mais uma vez este ano a rotina de acolher medidas provisórias que liberam recursos do Orçamento para compensar, ainda que parcialmente, estados e municípios que abrem mão de receitas para desonerar os produtos destinados à exportação. Essa foi a fórmula criada para incentivar as vendas externas por meio da diminuição da carga tributária sobre a produção, prevista na chamada Lei Kandir, de 1996.

Dois medidas provisórias (MPs 355 e 368/07) reservaram, cada uma, R\$ 975 milhões do Tesouro Nacional para essa finalidade. O total previsto para 2007, porém, seria de R\$ 5,2 bilhões, dos quais R\$ 1,3 bilhão teve contingenciamento previsto no início do ano.

Do total destinado pelas MPs, os estados ficam com 75%, e 25% são transferidos para os municípios, conforme a participação na distribuição da arrecadação do estado

com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Pela Medida Provisória 355/07, editada em fevereiro, foram liberados R\$ 975 milhões. A partilha dos recursos de acordo com essa MP destinou 21% do total para São Paulo; 10% para Minas Gerais; e 9% para Paraná e Rio Grande do Sul.

A Lei Kandir, de 1996, prevê redução da carga tributária para exportadores

No caso da MP 368/07, os recursos compensam estados e municípios pela isenção da cobrança do ICMS sobre a exportação de produtos primários e semi-elaborados, como minério de ferro, alumínio e madeira. O dinheiro foi repassado aos estados em nove parcelas de R\$ 108,3 milhões. Coube ao Pará a maior parcela: 14%.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, apresentou a empresários e parlamentares propostas para nova regulamentação da compensação aos estados, mas nenhuma foi adiante. Nesse caso, vale a Lei Kandir, que a cada ano há necessidade de novas MPs para esse fim.

Marcha a Brasília: milhares de prefeitos se reuniram para debater assuntos de interesse de seus municípios



Julgamento acelerado

Proposta aprovada no Senado promete agilizar o funcionamento do tribunal do júri

Uma verdadeira revolução no funcionamento do tribunal do júri é o objetivo do projeto de lei aprovado em dezembro pelo Senado, por meio de substitutivo. A proposta, que altera o Código de Processo Penal, visa acelerar o julgamento com a adoção de medidas como a eliminação do libelo acusatório (pedido de condenação feito pelo Ministério Público) e do protesto para se requerer um novo júri. Durante o julgamento, a leitura de peças processuais terá o tempo máximo de duas horas.

A coordenadora do grupo criado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que analisou a proposta (PLC 20/07), senadora Ideli Salvatti (PT-SC), lembrou que a agilidade que se pretende imprimir à Justiça é imprescindível no combate à impunidade. Ela disse que o retardamento de um

julgamento só serve a quem quer fugir da ação judicial.

Por sua vez, o relator do projeto, Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que as mais de cem modificações modernizam a Justiça e assinalou que o tribunal do júri é onde o povo pode ser juiz e, por isso, o mais importante de todos os

tribunais. O senador observou que os processos que levam anos poderão ser resolvidos em até três meses.

– O advogado quando quer enrolar o processo, manda ler o procedi-

mento, que pode levar dois ou três dias. Agora as partes poderão indicar as peças que devem ser lidas no prazo máximo de duas horas – disse Demostenes.

O projeto de lei voltará à Câmara, uma vez que sofreu modificações no Senado. Mas, como informou Ideli, houve um entendimento com aquela Casa para que as modificações sejam mantidas.

As partes terão duas horas para apresentar as peças processuais durante o julgamento

Videoconferência em interrogatório

O Plenário enviou para análise da Comissão Diretora do Senado emenda apresentada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) a projeto de lei que altera o Código de Processo Penal para instituir a videoconferência como regra no interrogatório judicial. A emenda adapta a redação final da proposição, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Depois do parecer sobre a emenda, a matéria (PLS 139/06) retornará à apreciação do Plenário.

Projeto exclui provas ilícitas

Os senadores aprovaram em dezembro projeto de lei da Câmara (PLC 37/07) que exclui provas ilícitas dos processos penais e visa agilizar as provas periciais. A proposta, que integra o pacote antiviolença do governo federal, recebeu dez emendas apresentadas por senadores e, por isso, retonará à Câmara. A iniciativa, por exemplo, proíbe o magistrado de fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos colhidos na fase de investigação criminal.

Abaixo, Perillo, Virgílio e Demostenes, relator da proposta que muda o tribunal do júri; o texto foi emendado por Jefferson Péres



LEOPOLDO SILVA



LEOPOLDO SILVA



Pedro Simon (E) fez alterações no projeto de lei de Antônio Carlos Valadares que aumenta o rigor contra o crime de lavagem de dinheiro



Lavagem de dinheiro na mira

A lei antilavagem de dinheiro pode ficar mais dura. Trata-se da “terceira geração da legislação contra a lavagem de dinheiro”, afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator da proposta. O Senado ainda precisa votar em turno suplementar o projeto de lei (PLS 209/03) que altera a Lei 9.613/98. O texto substitutivo ao projeto de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) foi aprovado em outubro, mas ainda exige outra votação.

Na opinião de Simon, o texto represen-

ta “o primeiro passo concreto em relação aos crimes de colarinho-branco”. A novidade mais importante é o fim do chamado crime antecedente: a lavagem se torna passível de punição independentemente do crime que deu origem ao dinheiro ou ao patrimônio ilícito. Atualmente, a Justiça só reconhece o crime de lavagem de dinheiro quando o acusado tiver incorrido em um crime antecedente – como o de terrorismo, o de contrabando de armas e os crimes contra a administração pública.

O PLS 209/03 também amplia de dez

para 18 anos a pena máxima aplicável aos condenados pelo delito de lavagem de dinheiro. Para empresas que não cumprirem exigências legais que permitem apurar a lavagem, a proposta eleva o teto da multa: de R\$ 200 mil para R\$ 20 milhões. O texto prevê ainda que a Justiça pode não apenas decretar a apreensão e o seqüestro de bens de pessoas e empresas envolvidas com esse tipo de crime (o que já está previsto em lei), como também poderá vendê-los antecipadamente para preservar o seu valor: “sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção”.

Texto dá fim à necessidade de um crime antecedente para punir a lavagem de dinheiro

Para punir os crimes cometidos por autoridades

Processos que correm em foro privilegiado podem ter a prescrição limitada, nos casos em que as ações tramitam nas cortes. O projeto de lei (PLS 281/07), cujo objetivo é combater a impunidade de crimes cometidos por autoridades, foi apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), modificado por Jefferson Péres

(PDT-AM) e seguiu para a Câmara. O texto determina que o julgamento dessas ações em casos de crimes comuns e de responsabilidade “terá prioridade sobre os dos demais feitos, não se admitindo o excesso injustificado de prazos”. E impede a prescrição até a decisão final.

Também foi aprovado, com parecer de Demostenes Torres, projeto de lei (PLC 19/07) que dá fim à prescrição retroativa. O prazo da prescrição retroativa é contado de trás para frente, a partir da sentença. O que permite que o réu fique livre, a depender do tempo até o julgamento e da pena sentenciada.



ADRIANO MACHADO/FOLHA IMAGEM



CÉLIO AZEVEDO

Acima, Fernandinho Beira-Mar é transferido de prisão; à direita, Lobão, Mercadante e Demostenes, o principal relator do pacote antiviôlência: mais rigor contra crime hediondo

Senado entra na guerra

Violência no país mobiliza senadores, que aprovaram novo pacote antiviôlência; medidas, porém, ainda esperam a análise da Câmara dos Deputados

A segurança pública tomou conta da pauta do Senado depois do assassinato, em fevereiro, do menino João Hélio Fernandes, de cinco anos, arrastado por um carro até a morte, durante um assalto no Rio de Janeiro. Como reflexo da comoção popular, os parlamentares cobraram do governo federal medidas para o combate à violência, ao mesmo tempo que se mobilizaram para reforçar a legislação penal.

Até dezembro, 33 propostas relacionadas ao combate ao crime tinham sido aprovadas pelos senadores.

Para oferecer meios legais para o combate mais rápido e rigoroso às ações criminosas, um grupo de trabalho foi formado em março pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), então presidida pelo senador Antonio

Grupo de trabalho da CCJ levou propostas ao presidente Lula e ao Supremo Tribunal Federal

Carlos Magalhães (DEM-BA). O grupo de senadores apresentou um pacote de medidas legislativas contra a criminalidade e discutiu desde a redução da maioria penal até sugestões para a educação e para garantir recursos do Orçamento para a segurança pública.

A maior parte das propostas já tramitava na CCJ e teve seu exame acelerado, já que a comissão realizou várias reuniões extraordinárias e deu prioridade à votação de projetos contra a violência. Mas outras propostas surgiram (veja quadro na página ao lado). E apontaram tanto para o endurecimento da legislação penal quanto para uma maior celeridade da Justiça.

A proposta mais polêmica, a de reduzir a maioria penal para 16 anos, foi aprovada pela CCJ, mas não chegou

a ser votada pelo Plenário (*leia mais na página 22*).

No fim de abril, 24 proposições haviam recebido parecer favorável e foram levadas aos presidentes da República, do Senado, e do Supremo Tribunal Federal. Até o fechamento desta edição, apenas três dessas medidas que passaram pela CCJ se transformaram em lei. Outras três, aprovadas em dezembro, estavam prontas para a sanção presidencial.

Os senadores reclamam da falta de ação da Câmara dos Deputados, para onde a maioria das matérias foi enviada. Esse também foi o destino das mudanças à legislação penal aprovadas após a explosão de violência ocorrida, em 2006, em São Paulo, quando integrantes de uma facção criminosa realizaram atentados. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) pediu que a imprensa e a sociedade cobrem dos deputados uma votação mais rápida das propostas.

CCJ acelera o pacote antiviolaência

Em março, em meio à consternação do país com o caso do menino João Hélio, o então presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Antonio Carlos Magalhães (falecido em julho), marcou reuniões extraordinárias e acelerou a aprovação de matérias de combate à violência. Foram votadas 31 propostas. Leia mais abaixo.



CÉLIO AZEVEDO

Antonio Carlos Magalhães em reunião da CCJ, em abril, ao lado de Valter Pereira

Algumas das propostas para combate à violência votadas pelo Senado

<p>PLC nº 8, de 2007 Autor: Executivo Relator: Demostenes Torres</p> <p>Dificulta a progressão penal nos crimes hediondos. A progressão de regime penal só ocorre após o cumprimento de dois quintos da pena, se o detento for primário, e de três quintos, se for reincidente. Aprovado na CCJ em 7/3/07. Transformado na Lei 11.464/07.</p>	<p>PLS nº 118, de 2003 Autor: Aloizio Mercadante Relator: Demostenes Torres</p> <p>Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para definir como crime utilizar, induzir ou auxiliar criança ou adolescente a praticar crimes. A pena pode chegar a 15 anos de cadeia. Enviado à Câmara em 19/4/07.</p>	<p>PLS nº 175, de 2007 Autor: Magno Malta Relator: Demostenes Torres</p> <p>Altera o Código Penal e a Lei de Execução Penal, para alterar as regras do regime aberto e prever o rastreamento eletrônico de condenado. Enviado à Câmara em 15/8/07.</p>
<p>PLS nº 136, de 2006 Autor: César Borges Relator: Edison Lobão</p> <p>Altera a Lei de Execução Penal, para prever como falta disciplinar grave a utilização de telefone celular pelo preso. Isso diminui suas chances de progressão da pena. Aprovado na CCJ em 7/3/07. Transformado na Lei 11.466/07.</p>	<p>PLS nº 155, de 2007 Autor: Marconi Perillo Relator: Tasso Jereissati</p> <p>Cria a obrigação dos presos condenados produzirem seu próprio sustento alimentar. Aprovado na CCJ em 25/4/07. Enviado à Câmara em 11/6/07.</p>	<p>PLS nº 75, de 2007 Autor: Gerson Camata Relator: Demostenes Torres</p> <p>Previsão de exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, quando se tratar de preso condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa. Enviado à Câmara em 12/6/07.</p>
<p>PLV nº 2, de 2007 Autor: Executivo Relator: Romeu Tuma</p> <p>Permite a união de esforços entre os governos federal e estaduais para agir na área de segurança pública, reunindo as medidas necessárias para a Força Nacional de Segurança Pública. Aprovado em Plenário em 17/4/07. Transformado na Lei 11.473/07</p>	<p>PLS nº 162, de 2007 Autor: Aloizio Mercadante Relator: Demostenes Torres</p> <p>Dispor sobre os critérios de divisão de presos provisórios e de presos condenados. Aprovado na CCJ em 25/4/07. Enviado à Câmara em 31/5/07.</p>	<p>PLS nº 134, de 2006 Autor: Alvaro Dias Relator: Demostenes Torres</p> <p>Impede o governo federal de contingenciar recursos destinados à segurança pública. Enviado à Câmara em 15/2/07.</p>
<p>PEC nº 5, de 2007 Autor: Antonio Carlos Magalhães Relator: Demostenes Torres</p> <p>Cria o Fundo de Combate à Violência, que dará apoio às vítimas. Aguarda inclusão em ordem do dia.</p>	<p>PLS nº 165, de 2007 Autor: Aloizio Mercadante Relator: Demostenes Torres</p> <p>Altera dispositivos da Lei de Execução Penal, do Código Penal e do Código de Processo Penal, para dispor sobre o monitoramento eletrônico de presos. Enviado à Câmara em 12/6/07.</p>	<p>PLS nº 137, de 2006 Autor: ex-senador Rodolpho Tourinho Relator: Edison Lobão</p> <p>Determina a instalação de bloqueadores de celular em penitenciárias. Enviado à Câmara em 6/9/07.</p>

Diminuição da maioria penal não tem consenso

A participação de um adolescente de 16 anos no assassinato do menino João Hélio, no Rio de Janeiro, trouxe de volta a discussão acerca da diminuição da maioria penal, hoje fixada pela Constituição em 18 anos. O forte clamor pela mudança da legislação acabou levando à aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em abril, de parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal no país.

O texto, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), obteve na CCJ pequena margem de votos para aprovação (12

a 10). Pouco quando se pensa que, no Plenário, a PEC precisará de três quintos dos votos dos senadores. E Demostenes restringiu a redução da maioria aos jovens menores de 18 anos e maiores de 16 que cometerem crimes hediondos, como assassinato, seqüestro, tortura, tráfico de drogas ou atos de terrorismo. A proposta, que seis meses após a votação na CCJ ainda não chegou ao Plenário, prevê também que o menor deve ter pleno conhecimento do ato ilícito cometido para ser submetido ao regi-

me prisional, com a necessidade de um laudo técnico que comprove isso. A PEC também estabelece que o adolescente deve cumprir pena em local distinto dos maiores de 18 anos e propõe a substituição da pena por medidas socioeducativas, a não ser em casos de crimes hediondos.

Se houve pressão de um lado, e resistência de outro, a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) liderou bloco contrário à mudança. E teve apoio do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Majoridade aos 16 anos passou na CCJ por margem pequena, e não foi votada no Plenário



FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA - ELZA FLUZA / ABR



LEOPOLDO SILVA

Projeto de Alvaro Dias proíbe o contingenciamento na área de segurança

Gasto com segurança pode ser obrigatório

O governo não poderá deixar de gastar o orçamento destinado à segurança pública. É o que determina projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) aprovado pelos senadores em fevereiro de 2007. Aperfeiçoado pelo relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), o projeto de lei complementar (PLS 134/06) foi remetido à Câmara, onde aguarda parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Atualmente, o dinheiro destinado à segurança pública, assim como acontece nas demais áreas, é contingenciado, ou seja, não é usado na finalidade prevista no Orçamento.

Força Nacional de Segurança: união dos governos federal e estaduais contra o crime

Lei consolida a Força Nacional

O Senado aprovou a união de esforços entre os governos federal e estaduais para agir na área de segurança pública, reunindo as medidas necessárias para o funcionamento da Força Nacional de Segurança Pública. Prevista em medida provisória (MP 345/07), a proposição foi aperfeiçoada no Congresso para dar origem à Lei 11.473/07.

Pela proposta, os integrantes da Força Nacional, que desde a aprovação da lei já atuaram no Rio de Janeiro e no Entorno do Distrito Federal, estão aptos a fazer policiamento ostensivo; cumprir mandados de prisão e de alvarás de soltura; guardar e vigiar presos; realizar serviços técnico-periciais; e registrar ocorrências policiais.



João Ribeiro (E) relatou projeto da Redesim na CCJ; Adelmir Santana foi um dos defensores do texto; Sibá relatou a matéria na CAE

Burocracia de menos

Nova lei torna mais ágeis a abertura e o fechamento de empresas

Risco Brasil em rota descendente

O risco Brasil e as perspectivas do país para atingir o chamado “grau de investimento” receberam atenção do Senado durante audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com representantes da agência de classificação de risco Standard & Poor’s.

A diretora da Ratings Soberanos da Standard & Poor’s para a América Latina, Lisa Schineller, disse que a instituição elevou os *ratings* de crédito soberano do Brasil este ano, observando que a perspectiva de classificação do país a longo prazo continua positiva.

Uma das reformas sugeridas para melhorar a eficiência dos negócios no país – a redução da burocracia para criação e fechamento de empresas – foi aprovada pelo Senado em novembro. O projeto (PLC 115/06) busca estimular a formalização de empresas por meio da criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que será integrada por órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no processo de registro. A proposta já havia sido aprovada pela Câmara e foi enviada à sanção presidencial.

Como forma de agilizar os processos, a intenção é que, com apenas uma única

entrada de documentos e dados, todo o processo de abertura de empresa seja concluído em 15 dias.

A proposta, que atende reivindicações de micro e pequenos empresários, pode ainda ajudar a evitar a duplicidade de processos e reduzir custos. Entre as inovações, destaca-se a possibilidade de emissão de alvará de funcionamento provisório pelos municípios e a simplificação de registros de segurança sanitária e prevenção de incêndios.

Os usuários deverão ter à disposição, pela internet, informações e instrumentos que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de pessoas jurídicas.

Desenvolvimento regional empacado

No ano em que o governo vetou partes importantes dos projetos de recriação das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), o país ainda não assistiu à apresentação de propostas concretas para o desenvolvimento regional.

Em junho, perante a Comissão de Desenvolvimento Regional e a Subcomissão Temporária da Reforma Tribu-

tária, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, prometeu que o governo iria enviar ao Congresso até o fim de 2007 uma proposta de reforma tributária contendo um fundo de desenvolvimento regional, destinado a financiar empresas, infra-estrutura, serviços públicos e qualificação de mão-de-obra.



Doceiras de Barreirinhas (MA) se uniram para criar uma loja: Senado ampliou os benefícios para micro e pequenos empresários

Projeto limita apelações do fisco

A CAE aprovou em maio projeto determinando que o contribuinte que ganhar processo administrativo contra cobranças da Receita Federal, tanto nas delegacias regionais do órgão quanto no conselho de contribuintes, não precisará aguardar decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais. O projeto (PLS 11/07), do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), teve parecer do senador Delcídio Amaral (PT-MS) e foi aprovado em decisão terminativa (sem necessidade de ir a Plenário, a não ser que haja requerimento de nove senadores nesse sentido) e remetido à Câmara dos Deputados.

Hoje o fisco pode recorrer à Câmara Superior, o que protela em até dois anos a recuperação de valores cobrados a mais pela Receita. O projeto de Dornelles elimina essa instância apenas no caso de haver decisão favorável ao contribuinte nas duas instâncias anteriores (delegacias regionais e conselho de contribuintes).

Chance para os pequenos

Senado reduz carga tributária ao ampliar benefícios da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

O Projeto de Lei Complementar 43/07, que ampliou os benefícios da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, foi aprovado por unanimidade pelos 56 senadores presentes no Plenário. A proposta seguiu para a sanção presidencial.

– O projeto complementa a Lei Geral, que é uma revolução, com redução de carga tributária, chegando em alguns casos a 70%, e com incentivo à formalização das empresas – disse o relator Adelmir Santana (DEM-DF), ressaltando que 1,5 milhão de micro e pequenas empresas seriam beneficiadas.

Entre os ajustes na Lei Geral, o projeto incluiu no Simples Nacional, também

conhecido como Supersimples, micro e pequenas indústrias de cosméticos, sorvetes e fogos de artifício, que originalmente ficaram de fora do sistema. E ajustou o enquadramento de empresas que, no antigo Simples (chamado de Simples Federal), estavam na tabela de tributação 3 e, com a entrada em vigor do Supersimples, em julho, ficaram na tabela 5, mais onerosa. Nesse caso, as beneficiadas foram cerca de 550 mil empresas, como salões de beleza, hotéis e restaurantes.

Além disso, o projeto aprovado resgatou a criação do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, que estava no texto da Lei Geral (Lei Complementar 123/06), mas foi vetado pelo presidente Lula.

Emenda 3 foi queda-de-braço entre governo e oposição

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), tentou durante boa parte do ano, sem sucesso, apresentar uma versão final do texto que substituiria a Emenda 3 à lei que criou a Super-Receita.

A Emenda 3 foi elaborada pela oposição e visava impedir os fiscais da Receita de desfazer a relação entre duas empresas (uma convencional e outra de “uma pessoa apenas”) quando considerassem que se tratava de uma relação trabalhista disfarçada. Mas, ao sancionar a criação da Super-Receita (Lei 11.457), o presidente Lula vetou a emenda. Posteriormente, diante da

Mudança na Super-Receita foi vetada pelo presidente Lula

ameaça de derrubada do veto pelos parlamentares, o governo passou a negociar um acordo.

O principal ponto pendente dizia respeito às carreiras que seriam incluídas no regime especial de tributação que o governo pretendia instituir em substituição à Emenda 3. Faltou definir como seriam tratados no projeto os profissionais das áreas artística e cultural.

Atualmente a legislação (art. 170 da Constituição, art. 50 do Código Civil e art. 129 da Lei 11.196) autoriza a existência da “empresa de uma pessoa só”, apesar da oposição da Receita.

Governo promete reforma tributária

O governo federal voltou a prometer que enviará ao Congresso uma proposta de reforma tributária. O anúncio foi feito pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que participou, no dia 8 de outubro, de audiência na subcomissão permanente que debate o tema. Segundo ele, o Executivo quer mudança, que daria fim à

guerra fiscal, até junho de 2008.

Appy disse que o sistema tributário terá o Imposto sobre Valor Adicional Federal (IVA-F), que unificará quatro impostos federais (IPI, PIS, Cofins e Cide-Combustíveis), o IVA Estadual (IVA-E), que substituirá o ICMS, e, nos municípios, o Imposto sobre Venda a Varejo (IVV), em lugar do ISS.

LEOPOLDO SILVA



Sarney defende as ZPEs desde quando foi presidente da República

ZPEs ganham regulamentação

O presidente Lula sancionou em 20 de julho, com vetos, a Lei 11.508/07, regulamentando as zonas de processamento de exportação (ZPEs). Criadas em 1988, essas zonas concedem às empresas isenção de impostos desde que a maior parte da produção seja destinada ao mercado externo. A lei é oriunda do PLS 146/96, aprovado pelo Senado no final de junho. Os vetos foram negociados entre os senadores e o ministro da Fazenda, Guido Mantega. E serão corrigidos por uma medida provisória que incluirá os principais pontos da regulamentação sobre o funcionamento das ZPEs, conforme explicou o senador José Sarney (PMDB-AP), defensor do projeto desde que foi presidente da República. O acordo evitou novas alterações, o que causaria atraso, com a volta do texto à Câmara. – O importante é que o princípio das ZPEs está consagrado e elas vão sair do papel – disse Sarney. As ZPEs existentes, criadas entre 1988 e 1994, nunca funcionaram por falta de definição do sistema tributário que deve ser aplicado.

ARLOS EDUARDO FERREIRA BOQUADY/GEA



Feira internacional de pedras preciosas em Teófilo Otoni (MG), cidade que já tem a infraestrutura de sua Zona de Processamento de Exportação totalmente construída

40 bilhões a menos

Prorrogação da CPMF cai por quatro votos no Senado, mesmo com apelo de Lula no último instante, em sessão que durou quase dez horas

Sem dispor de maioria sólida no Senado Federal, o governo correu contra o relógio para fechar o ano com a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. A vitória na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da proposta de emenda à Constituição 89/07, que prorrogava a CPMF e a Desvinculação de Recursos da União (DRU), foi prova das mais difíceis: os governistas venceram por 12 votos a 9. Mas o combate em Plenário foi ainda mais dramático. No dia decisivo – 12 de dezembro –, após dez horas de sessão, com discursos veementes de mais de 40 senadores, nem a carta escrita pelo presidente Lula e apresentada pelo líder Romero Jucá (PMDB-RN) nos momentos finais conseguiu reverter a tendência do Plenário de rejeitar a PEC.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) chegou a

ponderar que seria razoável adiar a votação por 12 horas – já passava da meia-noite – para discutir a derradeira promessa do governo de destinar todos os recursos da contribuição para a saúde e de, impreterivelmente, fazer uma ampla reforma tributária em 2008. A sugestão de Simon irritou o líder tucano Arthur Virgílio (AM), fechado contra a aprovação da CPMF, e o clima esquentou ainda mais. Serenados os ânimos, Arthur Virgílio pediu desculpas a Simon. Os senadores petistas Ideli Salvatti (SC) e Aloizio Mercadante (SP), porém, encamparam a idéia de adiamento. Pelo DEM, o líder José Agripino

(RN) e o senador Heráclito Fortes (PI) cobraram o cumprimento do acordo e a votação da PEC, que combatiam. E Jucá reafirmou a disposição do governo de votá-la ainda na madrugada. O presidente da Casa, Garibaldi Alves, eleito naquele mesmo dia, conduzia a sessão com tranquilidade, e prosseguiu com a votação.

À 1:11h da madrugada, a prorrogação da CPMF caiu: votaram a favor 45 senadores e 34 foram contra. Como era preciso o apoio de três quintos dos senadores – 49 parlamentares –, o governo perdeu por quatro votos.

Com a derrota, o governo deixa de contar com a arrecadação do tributo a partir do dia 1º de janeiro de 2008. Até poderá recriá-lo, mas para isso precisará apresentar nova PEC, que necessariamente começará a tramitar pela Câmara.

Votada separadamente, a DRU, que garante ao governo flexibilidade na utilização de 20% dos recursos orçamentários vinculados a despesas específicas, foi aprovada em primeiro turno: 60 votos a favor e 18 contra.

Votada à parte, a Desvinculação de Recursos da União foi aprovada

Romero Jucá (D) teve aprovado na CCJ voto em separado pela prorrogação da CPMF, mas perdeu no Plenário para os opositores, como José Agripino (E)

FOTO: GERALDO MAGLIA



GERALDO MAGELA



JOSE CRUZ

Arthur Virgílio (acima), que comandou no Plenário a rejeição da CPMF; ao lado, Mantega defende o tributo na CCJ, presidida por Marco Maciel

Kátia Abreu: carga tributária alimenta “círculo vicioso”

O governo enviou a PEC ao Congresso em abril. Desde então, Lula e os ministros da área econômica tentaram convencer a sociedade e os parlamentares de que o equilíbrio das contas públicas dependia da continuidade da CPMF e da DRU. Na Câmara, onde tramitou por seis meses, a aprovação foi obtida com folga. Mas sobrou pouco tempo para que, no Senado, a pressa do governo fosse conciliada com o rito das emendas constitucionais, sem

falar nos obstáculos antepostos por uma oposição numerosa na Casa. E o Senado ainda vivia a crise envolvendo seu então presidente, Renan Calheiros.

Como anunciou desde o início, quando foi indicada pelo senador Marco Maciel (DEM-PE) para relatar a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) votou pela inconstitucionalidade e rejeição da prorrogação da CPMF. O parecer só foi favorável à manutenção da DRU, desde que, a partir de 2009, fossem excluídos da desvinculação os recursos da educação. Ela reafirmou argumentos contra a CPMF. O principal, a crescente carga tributária, que contribuiria para manter o “círculo vicioso”, em que as despesas públicas aumentam em ritmo superior ao da econo-

mia. Para Kátia Abreu, o fim da contribuição vai acelerar em 0,4% o crescimento do produto interno bruto (PIB).

Os governistas acenaram com algumas concessões, como a isenção para quem tem renda de até R\$ 2.894 mensais e a redução da alíquota em 0,02% ao ano.

E aprovaram o voto em separado de Jucá, pela prorrogação da CPMF. A vitória veio com a troca de dois integrantes da CCJ. De partidos da base, Pedro Simon e Mozarildo

Cavalcanti (PTB-RR), que naquele momento declararam voto contra a manutenção do tributo, foram substituídos.

Derrotado no Plenário, resta ao governo refazer as contas para o Orçamento de 2008 sem os recursos da CPMF. E voltar à mesa de negociações para uma longa conversa com a oposição.

Oposição argumenta que fim da CPMF aumentará crescimento econômico em 0,4%

Tributo teve origem com Itamar Franco

A CPMF é cobrada sobre a maioria das movimentações de recursos que passam pelo sistema financeiro. O primeiro tributo do tipo foi criado em 1993, no governo Itamar Franco. O Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) foi cobrado até 1995, com alíquota de 0,25%. Em 1996, foi instituída a CPMF, com e alíquota de 0,2%, para financiar a saúde, a partir de sugestão do então ministro da área, Adib Jatene. Depois disso, a CPMF, que deveria ser provisória, foi prorrogada diversas vezes, com percentuais diferentes.

JANE ARAÚJO



Kátia Abreu e as assinaturas de cidadãos contrários à cobrança da CPMF

Saúde é o que interessa

Regulamentação da Emenda 29 prevê repasse adicional para a saúde de R\$ 4 bilhões em 2008; com o fim da CPMF, governo estuda solução

No dia 31 de outubro, a Câmara aprovou – com 291 votos favoráveis, 111 contrários e uma abstenção – o projeto de Lei Complementar nº 1/03, que regulamenta a Emenda Constitucional 29/00. De acordo com o texto, o governo repassará para a saúde R\$ 4,07 bilhões a mais em 2008. A proposta anterior estipulava que esse valor seria de R\$ 3,66 bilhões. O governo cedeu às pressões dos deputados e senadores para ampliar o volume de recursos a ser investido no setor. O então presidente interino do Senado, Tião Viana, disse à imprensa estar confiante que seria possível votar a regulamentação da emenda até o fim de dezembro.

O Senado deverá votar o substitutivo aprovado pela Câmara para regulamentar a Emenda 29, que garantirá R\$ 24 bilhões para a saúde nos próximos quatro anos, e não o texto que o presidente interino da Casa apresentou em 2002, disciplinando a mesma matéria. O próprio Tião Viana concordou que a melhor solução seria o Plenário deliberar sobre a matéria originária da Câmara. Para ele, o importante são os ganhos que a saúde brasileira terá a partir de agora.

– Nós, do Senado, que não lutamos por

vaidade e, sim, por políticas sociais que favoreçam o povo brasileiro, devemos ter a grandeza de, neste momento, valorizar o que foi construído na Câmara – afirmou Tião Viana.

A regulamentação da Emenda 29 previa repasses maiores da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), acrescentados aos gastos totais do setor por parte da União, de 9,161% para 10,178%. A prorrogação da CPMF fez parte das negociações. O tributo, porém, foi extinto (*veja mais nas páginas 26 e 27*) pelo Plenário do Senado no dia 12 de dezembro. E o governo agora estuda como equacionar os gastos com a saúde. Conforme o projeto que regulamentou a Emenda 29, serão repassados R\$ 5 bilhões adicionais para a saúde em 2009. Em 2010, serão mais R\$ 6 bilhões; e em 2011, R\$ 9 bilhões. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, informou que o setor receberá mais R\$ 16 bilhões entre 2012 e 2013.

O projeto também determina que os municípios deverão aplicar 15% do valor arrecadado em impostos, e os estados, 12%. Já a União deverá investir o total aplicado no ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB).

Deputado Ricardo Berzoini (E), senador Tião Viana, deputado Arlindo Chinaglia e ministro Temporão discutem a regulamentação de emenda que garante verba para a saúde



MÁRCIA KALUME

Senado condena fraude do leite em Minas Gerais

O senador Mão Santa (PMDB-PI) foi o primeiro a levar para o Plenário, em 23 de outubro, a denúncia de que uma quadrilha montada na Cooperativa dos Produtores de Leite do Vale do Rio Grande (Coopervale) e na Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro (Casmil), ambas em Minas Gerais, adulterava leite longa vida com soda cáustica e água oxigenada. A adição desses produtos objetivava aumentar o volume do produto e fazer com que durasse mais tempo para consumo humano.

Já Romeu Tuma (PTB-SP) cobrou punição para os fraudadores. A quadrilha foi desmantelada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Em 30 de outubro, o então presidente, Tião Viana (PT-AC), considerou a adulteração “um ato criminoso que não pode ficar impune”.

O senador Eduardo Azere-

do (PSDB-MG) advertiu para o perigo da generalizações apressadas. Ele alertou para o risco de os produtores e as cooperativas mineiras que têm agido dentro da lei serem prejudicados. E defendeu o aprimoramento da fiscalização para evitar novas fraudes.

As comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Meio

Paulo Paim levantou a possibilidade de uma CPI para investigar o leite adulterado

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de

Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizaram audiência em novembro sobre o tema. Paulo Paim (PT-RS) considerou a possibilidade de se criar uma CPI para apurar o caso.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, negou que o setor leiteiro estivesse passando por uma crise. Para ele, a fraude ocorrida em Minas Gerais foi de caráter “pontual”.

EDSON SILVA/FOLHA IMAGEM



Produtos químicos: cooperativas mineiras adicionavam compostos em grande quantidade para garantir durabilidade ao leite longa vida

■ Normas do Inmetro

– Projeto de Serys Slhessa- renko (PT-MT) fixa normas mais rigorosas para a aferição, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), do padrão de identidade e qualidade de cada tipo de alimento.

Além de seguir regras mais rígidas sobre higiene e segurança, o Inmetro também deverá colher e analisar

periodicamente amostras de alimentos. Substitutivo ao projeto (PLS 152/06) da senadora foi aprovado em caráter terminativo, em maio, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto coloca os agrotóxicos e anabolizantes na relação das substâncias que devem ter limites de tolerância detalhados. A matéria tramita agora na Câmara dos Deputados.

■ Farinha vitaminada

– Entre os projetos que visam à saúde da criança, em tramitação no Senado, está o que determina a adição de ácido fólico e ferro nas farinhas de milho e trigo. O Projeto de Lei da Câmara 85/06 foi aprovado em abril na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), afirma que a adição de ferro será benéfica porque previne anemias e aumenta o desempenho

intelectual, especialmente de crianças. Já o ácido fólico previne a má-formação de fetos, principalmente do cérebro e da medula.

A farinha de mandioca está isenta da determinação, uma vez que boa parte de sua fabricação é artesanal e a manutenção da exigência poderia inviabilizar a produção. A matéria está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e é relatada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

CÉLIO AZEVEDO



Eduardo Azeredo defendeu os produtores de leite que agem dentro da lei e pediu o aprimoramento da fiscalização



Obesidade infantil chama a atenção de senadores

A prevenção da obesidade em crianças e adolescentes está sendo discutida no Senado. A medida está prevista no Projeto de Lei do Senado 406/05, do senador Paulo Paim (PT-RS), que proíbe a venda, em cantinas escolares, de alimentos que possam provocar esse distúrbio. Aprovado em março na Comissão de Educação (CE), o PLS tramita agora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa (sem necessidade de ir a Plenário).

Emenda do relator da proposta na CE, Romeu Tuma (PTB-SP), determina que os estabelecimentos situados em escolas de educação básica ficam proibidos de vender bebidas com baixo teor nutricional ou alimentos com elevado teor de açúcar, gordura ou sódio. Entre as penas previstas para o descumprimento da norma, está a perda do alvará de funcionamento.

Audiência realizada em julho debateu a necessidade de mudanças no estilo de vida, com maior consumo de frutas e verduras e diminuição do consumo de açúcar, sal e gorduras, além da prática de atividade física.

Hora da merenda: projeto do senador Paulo Paim tem como objetivo promover uma alimentação mais saudável nas escolas

■ Prevenção do câncer

– O combate ao câncer esteve entre as preocupações dos parlamentares. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto (PLS 233/06) com o objetivo de estimular a realização de exames para detecção precoce do câncer. A proposição assegura aos trabalhadores contratados sob a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o afastamento,

por um dia, a cada 12 meses, sem prejuízo do salário, para a realização de exames de detecção do câncer de mama, útero ou próstata.

Raupp salientou que o diagnóstico da doença, em sua fase inicial, aumenta substancialmente a possibilidade de cura, permitindo aos pacientes “uma vida normal”. A matéria aguarda análise da Câmara.

■ Contra o erro médico

– As vítimas de erro médico podem ganhar prioridade em ações judiciais. Projeto de Lei do Senado (PLS 159/07), do então senador Antonio Carlos Magalhães, já aprovado na Casa, dá prioridade de tramitação na Justiça, em qualquer instância, às ações de reparação de danos por morte ou lesão corporal por ação, ou omissão de profissional, ou

instituição de saúde, vinculado ou não à administração pública. A proposta aguarda análise da Câmara.

Antonio Carlos declarou, à época, não achar justo que as vítimas aguardem os demorados trâmites “no momento em que se encontram fragilizados, forçados a enfrentar circunstâncias inesperadas, muitas vezes confrontados com despesas antes inexistentes”.

Farmácia pública: não existe consenso na população sobre a viabilidade da distribuição pelo Estado de remédios de alto custo



Remédio de alto custo: distribuir ou não?

A oferta de medicamentos de alto custo à população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) gerou polêmica entre autoridades do governo e de associações de defesa dos pacientes que usam esse tipo de medicação, durante audiências no Senado.

Dois projetos opostos que tentam regulamentar a questão e encerrar a batalha legal que pacientes e gestores públicos travam nos tribunais brasileiros foram discutidos: o PLS 219/07, de Tião Viana (PT-AC), e o PLS 338/07, de Flávio Arns (PT-SC). O primeiro disciplina e impõe

restrições à distribuição dos medicamentos. O segundo, ao contrário, propõe a entrega dos remédios excepcionais sem ressalvas.

Pacientes e familiares de pessoas com doenças graves ou raras, cujo tratamento é muito caro até para famílias de alto poder aquisitivo, entendem que fornecimento de remédios é dever do Estado, não importando o preço. Do outro lado, estão os que acreditam que prevalece o interesse maior da coletividade, que reclama recursos para atendimentos e serviços mais essenciais e abrangentes.

■ Temporão e o aborto

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, participou em maio de audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e voltou a defender a legalização do aborto. Ele disse que o “aborto é um problema de

saúde pública, que precisa ser debatido por toda a sociedade”, acrescentando que o governo não tinha posição oficial. Em frente ao Congresso, religiosos católicos e evangélicos protestaram contra o aborto.

A caçada ao *Aedes aegypti* continua

O recrudescimento da dengue no Brasil foi debatido em audiência, em junho, com especialistas do Ministério da Saúde, os quais afirmaram que o combate à doença precisa ser colocado como prioridade governamental.

A dengue, revelaram, não poderá ser erradicada do país nos próximos 30 ou 40 anos, e a diminuição dos casos passa pela conscientização da população. O governo deve mudar sua estratégia de co-

municação, com o objetivo de alertar para a necessidade da participação dos cidadãos na luta contra a doença com ações simples, como não deixar água acumulada em pneus e vasos de plantas. Os especialistas defenderam ainda a destinação de mais recursos para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Também foi discutida a aprovação, pelo Congresso, de legislação clara para possibilitar aos agentes a entrada nos domicílios para promover medidas de prevenção à doença.

Mosquito *Aedes aegypti*: combate ao causador da dengue depende de participação da sociedade





Fiscalização de áreas de desmatamento continua sendo atribuição do Ibama

Cisão no meio ambiente

MP desmembra o Ibama e cria o Instituto Chico Mendes, para cuidar de unidades de conservação

A criação do Instituto Chico Mendes foi um dos principais assuntos tratados neste ano pelo Senado, que também discutiu o plantio de organismos geneticamente modificados e as consequências do aquecimento global.

O Instituto Chico Mendes surgiu em agosto com a aprovação, em Plenário, do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/07, oriundo da Medida Provisória 336/07, que desmembrou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a criação do novo organismo, também uma autarquia federal.

O órgão foi criado para pôr em prática as ações da política nacional de unidades de conservação instituídas pela União,

sendo responsável pela execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações que residem em áreas de conservação sob a fiscalização da União. A autarquia também ficou

Nova autarquia também executará programas de pesquisa e conservação da biodiversidade

responsável por fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, com base nas diretrizes do Ministério do Meio Ambiente.

Com a criação do instituto, o Ibama passou a concentrar sua atuação nas questões relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental.

Transgênicos liberados

Áreas de proteção ambiental (Apas) não estão mais protegidas do plantio de organismos geneticamente modificados (OGMs). Projeto que trata do plantio de OGMs em unidades de conservação (PLV 29/06), oriundo da MP 29/06, foi aprovado pelo Plenário do Senado em fevereiro. A proposta, que dividiu a base de apoio do governo, veda a pesquisa e o cultivo de transgênicos em terras indígenas e áreas de unidades de conservação, exceto nas Apas.

Curso de educação ambiental

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou projeto que cria uma pena restritiva de direitos: a obrigatoriedade de frequência a curso presencial de educação ambiental (PLS 44/07). A proposição é de autoria de Valter Pereira (PMDB-MS).

Consumo de água consciente

Também foi acolhido projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que prevê a veiculação de advertência sobre o risco de escassez de água no planeta e o incentivo ao consumo moderado em embalagens e em propagandas de produtos de limpeza com água na composição (PLS 176/05).

Ampliação de parque em Jericoacoara

Foi aprovado projeto da Câmara dos Deputados que modificou a área do Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará (PLC 76/06). O parque foi criado para proteger os ecossistemas costeiros e preservar seus recursos naturais.



FUCKR



GERALDO MAGELA

Para relatório da ONU, que redução de emissões precisa começar antes de 2015 para deter o aquecimento global; Renato Casagrande (à dir.), relator de comissão especial, reconheceu que o Brasil é o quarto maior emissor de gases de efeito estufa e recomendou combate ao desmatamento

Aquecimento do planeta na pauta do Congresso

O aquecimento global foi tema de audiências públicas promovidas pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, que teve como relator Renato Casagrande (PSB-ES) e como vice-presidente Magno Malta (PR-ES).

Os debates foram realizados em São José dos Campos (SP), Brasília, Belém,

Manaus, Cuiabá e São Paulo. Casagrande reconheceu em seu relatório que o Brasil é o quarto maior emissor de gases de efeito estufa. E recomendou o combate ao desmatamento, particularmente na Amazônia, além de medidas nas áreas agrícola, energética e de transporte.

O aumento da temperatura global

ganhou a atenção do planeta com a divulgação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), órgão das Nações Unidas que divulga informações científicas em três relatórios anuais, divulgados desde 1988, a partir de estudos de 2.500 cientistas de todo o mundo.



MARLENE BERGAMO/FOIHA MAGELA

Comissão debate problema dos lixões

A Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos realizou diversas audiências para debater a elaboração de marcos regulatórios para o setor. O colegiado, criado por requerimento de Cícero Lucena (PSDB-PB), funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente.

Além de analisar a situação ambiental e social decorrente dos depósitos de resíduos sólidos, a subcomissão deverá apresentar propostas, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios, a fim de transformar os lixões em aterros sanitários e incentivar a reciclagem de materiais e a produção de energia.

JOSÉ CRUZ



Cícero Lucena propôs a criação de subcomissão para tratar de resíduos sólidos

Conforme lembrou Cícero Lucena, os lixões ameaçam a saúde, agredem o meio ambiente e representam um problema social em razão das famílias que circulam nesses locais.

Educar é preciso

Regulamentação do Fundeb garantiu R\$ 45 bilhões para a educação básica já em 2007

Inovações do Fundeb

- Inclusão da educação infantil de 0 a 3 anos
- Garantia, para o ensino fundamental, do valor mínimo nacional por aluno/ano não inferior ao praticado pelo Fundef
- O não cumprimento da complementação da União importará crime de responsabilidade
- Fixação do piso salarial profissional nacional será tratada em lei específica, e não na regulamentação do fundo

Dois anos após o Congresso receber proposta de emenda constitucional criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb finalmente se consolidou no dia 20 de junho de 2007, com a sanção, pelo presidente Lula, da Lei 11.494, regulamentando o fundo em vigor desde 1º de janeiro por força de medida provisória.

O Congresso fez importantes aperfeiçoamentos no Fundeb, que já em 2007 aplicou mais de R\$ 45 bilhões na educação básica. Uma dessas contribuições (*veja o quadro*) foi assegurar que a aplicação dos recursos do fundo não isenta estados, Distrito Federal e municípios de aplicar no ensino 12% de sua arrecadação, como manda a Constituição.

No único veto presidencial ao texto do Congresso, Lula rejeitou emenda incluída pela relatora no Senado, Fátima Cleide (PT-RO), permitindo que 20% (e não 15%, como dizia o texto original) do que os estados investirem no Fundeb pudessem ser excluídos do cálculo da Receita Líquida Real – conta que serve de base

para os estados calcularem o que devem para a União. A diferença representava mais de R\$ 1 bilhão por ano.

Substituto do Fundef (1997-2006), que era menos abrangente mas foi importante na garantia do repasse de recursos para a educação, o Fundeb terá vigência até 2021. Atenderá, já em 2009, 47 milhões de alunos, de creches, educação infantil, ensino fundamental e médio, educação especial e educação de jovens e adultos.

A aplicação anual de recursos, por aluno matriculado, variará em cada estado e conforme as modalidades de educação básica. Segundo as estimativas do Ministério da Educação, o Fundeb permitiria investimentos em 2007 entre R\$ 757,03 (creche ou pré-escola) até R\$ 2.662,39 (ensino médio com educação profissional).

Para que isso ocorra, o aporte do governo federal ao fundo subiria para R\$ 2 bilhões em 2007, R\$ 3 bilhões em 2008, R\$ 4,5 bilhões em 2009 e 10% do montante da contribuição dos estados e municípios a partir de 2010. Com o Fundef, o aporte de recursos da União em 2006 foi de R\$ 313,7 milhões.

Plenário do Senado: parlamentares fizeram importantes aperfeiçoamentos no Fundeb, em vigor desde janeiro deste ano por força de medida provisória



MORREIRA/MARIZ



Projeto de Aloizio Mercadante determina a instalação de pelo menos um computador para cada dez estudantes, em cada turno

R\$ 6 bi do Fust financiarão internet em escolas

O dinheiro do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que conta em caixa com valor estimado de R\$ 6 bilhões, deverá financiar o acesso à internet em todas as escolas do país até 2013. Classificado como “um salto estratégico” pelo seu autor, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o projeto

Proposta prevê a aplicação de pelo menos 75% dos recursos do fundo em seis anos

destinará, nos próximos seis anos, pelo menos 75% do que for arrecadado para o Fust à instalação de redes e pontos de acesso à internet nas escolas e bibliotecas brasileiras.

Aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, o PLS 103/07 determina a instalação de no mínimo um computador para cada

dez alunos, por turno, além de prever um programa de treinamento para os profissionais de educação que vão usar os equipamentos.

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2003, no Brasil, a proporção era de mais de 40 alunos por computador. Em países como Estados Unidos, Austrália e Coreia do Sul, por exemplo, a taxa era de três estudantes por máquina.

Menos limites para atuação de fundações

As restrições ao tipo de atividade desenvolvida por fundações podem ser reduzidas se a Câmara acatar projeto, já aprovado pelo Senado, cujo efeito será a ampliação da atuação dessas entidades (desde que não tenham fins lucrativos) para áreas como cultura, educação, saúde e meio ambiente.

O autor do PLS 310/06, Tasso Jereissati (PSDB-CE), quer alterar o Código Civil, em vigor desde 2002, pois ele determina que as fundações sejam formadas só para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Outro incentivo do projeto à participação da sociedade na solução dos problemas nacionais é a ampliação – de 2% para 5% do lucro operacional – do limite de dedução, no Imposto de Renda, das doações feitas por empresas às fundações engajadas em projetos, além dos já citados, de assistência social; amparo a menores e idosos; cultura, defesa e conservação de patrimônio histórico e artístico; segurança alimentar e combate à pobreza; e pesquisa científica e direitos humanos.



Jereissati quer ampliar áreas de atuação de fundações no país

Escolas podem oferecer atendimento médico

Alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovadas pela Comissão de Educação e já enviadas para análise da Câmara, incluem a oferta, pelas escolas públicas de ensino fundamental, de atendimento médico e odontológico e de exames de identificação e correção precoce de problemas que comprometam o aprendizado. O autor é Cristovam Buarque (PDT-DF).

Doação de livro com dedução de imposto

Quem doar livros a bibliotecas públicas poderá abater o valor gasto do Imposto de Renda a ser pago no ano seguinte, até o limite de 6%. Para ter direito à dedução, o contribuinte deverá comprovar as doações com recibo da entidade beneficiada e a nota fiscal de compra do livro. O autor do projeto de lei – que agora vai ser analisado pelos deputados – é o senador Roberto Saturnino.

Biblioteca dedicada ao professor

Já foi aprovado pelos senadores o projeto Biblioteca do Professor. O texto prevê que farão parte do acervo dessas bibliotecas, a serem criadas em todo o país, obras científicas, técnicas, didáticas e literárias fornecidas pela própria União. Autor da idéia, o senador Cristovam Buarque quer incentivar o professor a se aperfeiçoar no dia-a-dia.

Incentivo fiscal para o esporte

Depois de aprovada no Senado, a regulamentação da Lei de Incentivo ao Esporte foi sancionada pelo presidente Lula em agosto de 2007. Ela permite a dedução, até o limite de 1% do Imposto de Renda devido, dos incentivos concedidos por empresas a atividades esportivas e paraesportivas. A expectativa é que R\$ 350 milhões anuais sejam aplicados na formação de atletas.

Ensino superior para o trabalhador

Os investimentos feitos por empresas para financiar a formação superior dos seus empregados poderão ser abatidos da contribuição patronal para a Previdência. Já aprovado no Senado, o projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) amplia o benefício já existente na lei da Seguridade Social, que abrange educação básica e cursos de capacitação e qualificação profissional.

Uniforme para aluno da rede pública

Por meio do Programa Nacional de Uniforme Escolar, cuja criação foi sugerida por projeto do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), já aprovado pelo Senado, cada estudante da educação básica da rede pública poderá receber dois conjuntos de uniforme por ano. A entrega ficará sob a responsabilidade dos governos estaduais e das prefeituras.



Estudantes em Brasília: projetos aprovados no Senado beneficiam principalmente quem freqüenta a rede pública

Senadores debatem PAC da Educação

Em nenhuma outra instituição do país o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o chamado PAC da Educação, foi tão exaustivamente debatido quanto no Senado Federal em 2007. Com um ciclo de dez audiências públicas ao longo de seis meses, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) recolheu de todos os setores da sociedade idéias que possam ser incorporadas ao plano do governo, divulgado no início do ano. O ministro da Educação, Fernando Haddad, foi um dos participantes mais assíduos das palestras.

O presidente da CE, Cristovam

Buarque (PDT-DF), criou sub-relatorias para elaborar um documento final de balanço dos debates. Os senadores encarregados das relatorias são Rosalba Ciarlini (DEM-RN), para educação infantil; Marconi Perillo (PSDB-GO), ensino fundamental; Marisa Serrano (PSDB-MS), ensino médio; Pedro Simon (PMDB-RS), ensino superior; Marco Maciel (DEM-PE), pesquisa e formação superior; Flávio Arns (PT-PR), educação especial; Wellington Salgado (PMDB-MG), educação a distância; e Paulo Paim (PT-RS), ensino técnico e profissionalizante.

JANE ARAÚJO



Cristovam Buarque: Comissão de Educação, presidida por ele, fez ciclo de palestras sobre o ensino no país

Qualificar professor é pré-requisito

A conclusão consensual entre os participantes das audiências públicas no Senado é que a crise atual da educação brasileira decorre da falta de investimentos na formação e qualificação de professores. Segundo o representante

do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Manassés Fonteles, boa parte da má qualificação oferecida pelos cursos de licenciatura é resultado do desaparelhamento de muitas faculdades.

Já o representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no Brasil, Vicent Defourny, classificou a situação da educação brasileira de “crítica” e disse não ser possível esperar soluções em curto prazo. Ele sugeriu um pacto suprapartidário para discutir e apresentar soluções para os problemas.

– O Brasil não merece o sistema educativo que tem hoje – observou Defourny.



MÁRCIA KALUINE

Fernando Haddad: participação em audiências sobre o PAC da Educação

Bolsa Família não impede evasão alta

Apesar da ampliação do programa Bolsa Família, a evasão escolar permanece perigosamente alta no país, o que indica serem necessários muitos ajustes no programa. Onze milhões de famílias são atualmente beneficiadas pelo programa, que exige dos alunos presença mínima de 85% às aulas para que as famílias recebam o benefício. Porém, se 12 milhões de crianças e jovens são acompanhados individualmente pelo

governo federal, outros 3 milhões não têm qualquer controle de frequência.

Debate na Comissão de Educação avaliou também as diferenças entre o Bolsa Escola – criado no governo Fernando Henrique – e Bolsa Família, implantado pelo governo Lula. Ex-secretário nacional do Bolsa Escola, Marcelo Aguiar disse lamentar que o foco do programa tenha se deslocado da educação para a assistência social.

Vestibular não é o único caminho

Alternativa ao vestibular, a chamada avaliação seriada pode ser alternativa para o ingresso nas universidades federais. Projeto de lei (PLS 116/06) de Cristovam Buarque foi aprovado pela Comissão de Educação e prevê avaliações anuais de alunos do ensino médio, como mais uma forma de acesso às universidades federais. O projeto seguiu para a Câmara dos Deputados. Atualmente a Universidade de Brasília preenche 50% de suas vagas assim. Para debater o tema, a CE reuniu especialistas e ouviu professores, alunos, governo e universidades. Crítico do vestibular, o então presidente da União Nacional dos Estudantes Gustavo Petta defendeu a extensão das experiências bem-sucedidas de avaliação seriada. O governo prefere discutir mais o assunto. Dentre outras conclusões da audiência, estão a de que é preciso buscar novas fórmulas de acesso ao ensino superior e ampliar o número de vagas nas instituições públicas.



Flexa Ribeiro (E) sugeriu audiências; o ministro Gilberto Gil foi um dos participantes dos debates na CCT, presidida por Wellington Salgado

Convergência tecnológica

Marco regulatório para o setor de comunicação deverá levar em conta a fusão das diversas mídias

“Conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica” foi o tema do ciclo de duas audiências promovidas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em junho e julho. As audiências, sugeridas por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), contaram com a participação de especialistas, concluindo que a convergência tecnológica (integração entre serviços de telefonia e televisão por assinatura utilizando novas tecnologias da área de comunicações) é inevitável e que os conteúdos audiovisuais brasileiros devem valorizar a diversidade cultural das

regiões do país. O ministro da Cultura, Gilberto Gil, foi um dos debatedores.

Na segunda audiência, em 11 de julho, o superintendente-executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), César Silveira Neto, afirmou que o marco legal para o setor de audiovisual deve inserir a preservação da cultura nacional e o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Ele ressaltou que, para o aperfeiçoamento do marco regulatório, é preciso uma legislação que beneficie todos os brasileiros e não apenas a parcela que pode consumir determinados serviços.

Ministro explica Pan 2007

Em 19 de junho, poucas semanas antes da concretização dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007, o ministro do Esporte, Orlando Silva, teve que prestar contas à Comissão de Educação (CE) sobre a organização e os preparativos para o evento e sobre as políticas de esporte do governo Lula.

Com o Rio de Janeiro sediando a 15ª edição dos jogos, disse o ministro, a imagem do Brasil seria promovida no exterior e o país seria incluído no circuito dos grandes eventos esportivos internacionais.

Uma das principais preocupações dos senadores, entretanto, foram os altos custos das obras: R\$ 3,6 bilhões. O ministro admitiu que o planejamento foi “pouco consistente” e algumas despesas foram subestimadas, mas o Brasil passaria a contar com instalações esportivas de nível mundial.



Timemania começa em 2008

O Senado aprovou no dia 20 de junho o projeto de lei de conversão à medida provisória (MP 358/07) que alterou a lei de criação da Timemania, futuro jogo lotérico que envolverá clubes do Campeonato Brasileiro de Futebol. Os senadores queriam aumentar o número de clubes com direito de pagar suas dívidas com o Estado em até 240 meses, mas a Câmara manteve o texto original e apenas 80 deles devem ser beneficiados na loteria, que deve começar a funcionar em 2008.

Torcida do Flamengo: Timemania beneficiará os 80 principais clubes



Cine Teatro em Jacareí, São Paulo: proposta prevê benefícios para quem financiar salas em cidades com menos de 100 mil habitantes

Incentivo à construção de cinema em pequenos municípios

Em 23 de outubro, a Comissão de Educação aprovou projeto de lei (PLS 298/04) garantindo os incentivos fiscais da Lei Rouanet (ou Lei de Incentivos à Cultura) para quem patrocinar a construção e manutenção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes. O projeto, de Aloizio Mercadante (PT-SP), já foi aprovado em comissões técnicas da Câmara e do Senado e, em breve, deverá ser apreciado no Plenário do Senado.

Os incentivos criados “somente serão concedidos a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais dele resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso”. Proíbe-se a concessão

de incentivo a circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso.

O relator da matéria, Cristovam Buarque (PDT-DF), apresentou voto favorável em que acrescentou ao texto a construção de salas de teatro e ampliou o uso das salas para funcionamento como centros culturais comunitários.

“A partir da década de 80, o número de cinemas fechados no Brasil vem alcançando a casa do milhar. Mesmo ao se levar em conta o aspecto positivo dos grandes empreendimentos de capital estrangeiro destinados à abertura de novos espaços de exibição, é forçoso reconhecer que eles se concentram, com poucas exceções, nos grandes centros urbanos, quase sempre em *shopping centers*”, justificou Mercadante.

Comissão debate classificação indicativa

A classificação indicativa de programas audiovisuais foi discutida em audiência realizada em junho pela Comissão de Direitos Humanos.

A Portaria 264/07, do Ministério da Justiça, fixou horários adequados para a assistência de cada faixa etária.

Representantes da classe artística argumentaram que a portaria poderia trazer restrições à liberdade de expressão. Já as emissoras apontaram como um dos principais problemas a imposição de horário para a exibição de programas adequado aos diferentes fusos do país.

Cotas para produção audiovisual

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação, realizou três audiências públicas nas quais senadores e especialistas debateram em profundidade projeto de lei (PLS 280/07) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que restringe aos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos as atividades de produzir, programar e prover sinais de sons, imagens ou textos para distribuição por meio eletrônico. A matéria está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) esperando análise.

Alguns convidados defenderam cotas para a produção audiovisual como forma de equilibrar o mercado e abrir espaço para a cultura nacional. Outros alertaram que o projeto intervém em atividades privadas, não sujeitas a concessões, e interfere no direito constitucional de expressão.

Mais transparência

Projeto de lei nascido na CPI dos Correios tem como objetivo melhorar a fiscalização dos fundos de pensão, fonte recorrente de denúncias de corrupção

O Senado aprovou em fevereiro, em Plenário, projeto de lei (PLS 229/06) para melhorar a fiscalização dos fundos de previdência complementar, os chamados fundos de pensão. A proposta foi uma iniciativa da CPI dos Correios.

O projeto, que altera a Lei Complementar 105/01, estabelece que os órgãos fiscalizadores da previdência complementar também terão a prerrogativa de investigar diretamente as

operações financeiras realizadas com os recursos dos planos de benefícios, assim como ocorre em relação ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A matéria está agora na Câmara dos Deputados.

Fundos de pensão deverão fazer intercâmbio de dados com o BC e a CVM

Pela proposta, as entidades de previdência complementar deverão, além de investigar as operações relativas às carteiras, solicitar à autoridade judiciária competente o levantamento do sigilo junto a instituições financeiras de informações e documentos relativos a

bens, direitos e obrigações de pessoa física ou jurídica submetida ao seu poder disciplinar, a partir da instauração de inquérito administrativo.

Juntamente com o Banco Central e a CVM, os fundos de pensão deverão manter permanente intercâmbio de informações sobre os resultados das inspeções que realizarem, os inquéritos instaurados e as penalidades aplicadas.

JOSE CRUZ



Delcídio Amaral foi presidente da CPI dos Correios, que propôs o PLS 229

FGTS poderá ser sacado em prazo menor

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou, em decisão terminativa, substitutivo a projeto que altera a legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instituindo que o saque da conta vinculada ao fundo possa ocorrer após um ano da data de rescisão do contrato de trabalho. O substitutivo, que teve como relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado em maio em turno suplementar. O projeto de lei original é de Paulo Paim (PT-RS).

Atualmente, nas hipóteses de demissão com justa causa ou rescisão solicitada pelo próprio empregado, o trabalhador só pode sacar o fundo se permanecer três anos ininterruptos sem movimentação da conta, podendo

o saque ser efetuado a partir do mês de seu aniversário. A movimentação só é permitida antes desse prazo, mas somente quando o empregado é demitido sem justa causa.

Pelo projeto aprovado, o novo prazo fica estabelecido para rescisão ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha a firmar um novo contrato de trabalho. Caso não tenha havido solicitação de movimentação da conta vinculada por seu titular após um ano da aquisição do direito de movimentação, contado da rescisão do contrato de trabalho, o agente

operador do FGTS ficará autorizado a transferir o saldo disponível para outra conta vinculada do mesmo titular referente a vínculo empregatício vigente, se esse vínculo existir.

Cícero Lucena (E), Augusto Botelho, Arns, Paim e João Pedro na CAS

J. FREITAS





Paulo Paim (C) preside audiência no Senado com a presença de centenas de sindicalistas interessados na regulamentação das centrais

Senado mantém imposto sindical obrigatório

Os senadores aprovaram no final de novembro, por unanimidade, projeto de lei enviado pelo Executivo que reconhece formalmente as centrais sindicais para representarem os trabalhadores e participarem de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de composição tripartite nos quais estejam em discussão assuntos de seu interesse. O projeto (PLC 88/77) foi modificado no Senado e, por esse motivo, retornou à Câmara para nova apreciação.

Ao ser aprovado pela Câmara – antes de vir para o Senado – o texto recebeu emendas, uma das quais estabelecendo que o desconto do imposto ou contribuição sindical na folha de pagamento dos empregados, feito no mês de março de cada ano, só poderia ocorrer desde

que autorizado pelo trabalhador. Essa parte do texto acatada pela Câmara foi derrubada no Senado.

A matéria tramitou em regime de urgência em três comissões do Senado: de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais. Mas a proposta não chegou a ser votada nessas comissões em virtude de o prazo para sua apreciação ter expirado no dia 19 de novembro, já que a tramitação era em regime de urgência. Assim, a decisão sobre o conteúdo do projeto foi decidida em Plenário.

Francisco Dornelles (PP-RJ), que foi relator do texto na CAE, acatou emenda retirando a redação dada pela Câmara ao artigo 582 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). De acordo com essa redação, os empregadores deveriam

descontar da folha de pagamento dos empregados, desde que autorizados individualmente por estes, a contribuição sindical devida aos respectivos sindicatos.

Para Dornelles, tal redação não tornava, na verdade, facultativa a contribuição sindical e também não trazia qualquer vantagem para o trabalhador. Poderia, inclusive, fazer com que o trabalhador sofresse sanções previstas pela legislação trabalhista devido ao não pagamento do imposto sindical. Segundo o senador, a CLT deixa claro que cabe ao empregador o recolhimento dessa contribuição, que continua obrigatória por outro artigo dessa legislação – o artigo 579. Se o projeto fosse aprovado da forma como foi redigido pela Câmara, disse o senador, o empregado que não autorizasse o desconto em seu salário acabaria tendo que procurar o sindicato para efetuar o pagamento.

Derrubada a emenda que previa a autorização do trabalhador para a contribuição sindical

Mercadante propõe limite para auxílio-doença

O Plenário do Senado aprovou no dia 5 de junho de 2007 projeto que disciplina a concessão do auxílio-doença, estabelecendo um teto para a renda mensal desse benefício, que não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 24 salários-de-contribuição do segurado para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A proposta aprovada também determina que as empresas enviem à Previdência Social informações sobre os trabalhadores contratados, sob pena de sofrerem sanções em caso de acidente de trabalho.

O projeto de lei (PLS 261/05), que tramita agora na Câmara, é de autoria de Aloizio Mercadante (PT-SP), e foi feito a partir do texto de medida provisória rejeitada pelo Congresso por não atender aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Segundo Mercadante, desde o ano de 2001, a concessão do auxílio-doença praticamente dobrou sem que esse fato tenha qualquer relação com os indicadores demográficos e de saúde do país. Por esse motivo, os valores pagos pelo governo para a concessão do auxílio-doença quase quadruplicaram, passando de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 9 bilhões.

O projeto de Mercadante altera a Lei 8.212/91, que trata da organização e do plano de custeio da Seguridade Social, e a Lei 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. Entre as mudanças estabelecidas



CÉLIO AZEVEDO

Mercadante: valor pago com o auxílio aumentou de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 9 bilhões desde 2001

pela matéria, estão medidas destinadas a melhorar a gestão dos recursos da Previdência Social, tal como a obrigatoriedade de os cartórios informarem sobre a morte de segurados, sob pena de pagarem multas. O objetivo dessa medida é evitar fraudes no sistema, já que, muitas vezes, familiares ou outras pessoas continuam a receber o benefício em nome do segurado morto.

O auxílio-doença é um benefício concedido ao trabalhador segurado pela Previdência Social que ficar impossibilitado de trabalhar por mais de 15 dias em razão de doença ou acidente.

Como é o benefício

O valor atual do auxílio-doença corresponde a **91%** do salário-de-benefício. O cálculo do salário-de-benefício depende da data de inscrição do trabalhador na Previdência Social:

— Para aqueles que se inscreveram até **28/11/99**, o salário-de-benefício é a média dos **80** maiores salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente.

— Para aqueles que se inscreveram a partir de **29/11/99**, o salário-de-benefício é a média dos **80** maiores salários-de-contribuição (corrigidos monetariamente), multiplicada pelo fator previdenciário, que leva em conta a expectativa de vida, a idade, o tempo e a alíquota de contribuição do trabalhador.

— O segurado especial (trabalhador rural) tem direito a um salário mínimo, se não contribuiu facultativamente.



Crescimento do país pode esbarrar na falta de mão-de-obra qualificada

A retomada do crescimento do país poderá esbarrar na falta de mão-de-obra qualificada, conforme alerta feito por especialistas durante audiência promovida pela Comissão de Educação (CE). A formação adequada dos jovens para o mercado de trabalho, segundo a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), enfrenta gargalos ainda na educação básica.

— Se não corrigirmos os erros na lar-

gada, ou seja, no ensino infantil, não chegaremos ao final – frisou.

Para Marisa Serrano (PSDB-MS), os problemas decorrem da falta de políticas que garantam a permanência dos jovens nas escolas e da pouca atenção dada pelo governo às escolas técnicas.

Abib Salim Cury, presidente da Associação Nacional de Universidades Particulares (Anup), defendeu a padronização

do ensino fundamental em todo o país e ressaltou carências na gestão das escolas. Já o presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Arquimedes Diógenes Cilono, alertou para a falta de estímulo entre os docentes, apontando a adoção de um plano de carreira para professores como forma de atrair e manter profissionais qualificados.



Kátia Abreu (E) e Flexa Ribeiro visitam instalações da Pagrisa para apurar denúncia de trabalho degradante no corte de cana

Comissão investiga trabalho escravo no Pará

A comissão especial externa do Senado criada para apurar denúncias de trabalho escravo na empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A (Pagrisa) foi a Ulianópolis (PA), em setembro, onde buscou avaliar as condições oferecidas aos cortadores de cana e identificar possíveis irregularidades na fiscalização feita pelo Ministério do Trabalho. A ação dos técnicos havia resultado na autuação da empresa e na retirada de 1.064 cortadores de cana por estarem trabalhando “em condições degradantes”.

Após a visita, os cinco senadores que integram a comissão – Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Kátia Abreu (DEM-TO), Romeu Tuma (PTB-SP) e Cícero Lucena (PSDB-PB) – disseram não ter encontrado irregularidades nas relações trabalhistas e questionaram a ação dos fiscais. Em protesto, o senador José Nery (PSOL-PA) divulgou nota na qual considerou que a comissão agia em favor dos interesses da empresa denunciada.

Para discutir a questão, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, presidida por Nery, promoveu audiência no dia 29 de setembro, quando foram ouvidos o ministro do Trabalho, Carlos

Lupi, e os presidentes da Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), e do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Lupi defendeu a ação do grupo móvel de fiscalização do ministério.

Em outra audiência promovida pela comissão especial externa, dirigente da Pagrisa e o procurador do Ministério Público do Trabalho foram colocados frente a frente. Após argumentações do procurador em favor da ação dos fiscais, o dirigente destacou a boa infraestrutura da Pagrisa, mas confirmou as falhas apontadas no relatório, incluindo servidão por dívida.

Indústria canavieira sob a lupa do Senado

A expansão das áreas plantadas com cana-de-açúcar no país, impulsionada pela crescente demanda por etanol e pela expectativa de que o Brasil se torne um dos principais fornecedores do produto no mercado mundial, reacendeu o debate sobre a existência de trabalho escravo no setor sucroalcooleiro.

As contradições que envolvem a indústria canavieira foram destacadas em debate promovido em maio pela Comissão de Direitos Humanos, em parceria com a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Jornada excessiva, que leva à morte por fadiga, e falta de equipamentos

de segurança foram alguns dos problemas apontados por representantes dos trabalhadores, do Ministério Público, além de técnicos em segurança do trabalho e pesquisadores. De outro lado, os representantes patronais apontaram benefícios oferecidos aos trabalhadores, como escolas e ambulatórios médicos.



José Nery preside Subcomissão do Trabalho Escravo

O adeus a ACM

Políticos de todos os partidos lamentaram a morte de Antonio Carlos Magalhães, aos 79 anos de idade, em São Paulo

Em 2007 o Senado perdeu Antonio Carlos Peixoto de Magalhães, morto aos 79 anos, em 20 de julho, de insuficiência cardíaca. Políticos de todos os partidos reconheceram sua importância na história do país. ACM, como era conhecido, nasceu no dia 4 de setembro de 1927, em Salvador, filho de Helena Celestino de Magalhães e Francisco Peixoto de Magalhães. Casado com Arlete Maron de Magalhães, teve quatro filhos: Antonio Carlos Júnior, que assumiu a vaga de ACM no Senado, Teresa Helena e os já falecidos Luís Eduardo e Ana Lúcia.

Seu primeiro mandato foi de deputado estadual, em 1954, pela União Democrática Nacional (UDN). Três vezes deputado federal, em 1967 assumiu a prefeitura de Salvador, nomeado pelo governador Luiz Viana Filho. Chegou ao governo da Bahia em março de 1971.

Em 1975, foi presidente da Eletrobrás. De lá voltou ao governo estadual. Apoiou a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985, marcando o fim do regime militar. No PFL, foi ministro das Comunicações do presidente José Sarney. Em 1990, elegeu-se para o terceiro mandato de governador. Debutou no Senado em 1995 e tornou-se presidente da Casa para o biênio 97/99, sendo reeleito (biênio 99/01). Ao lado do filho, herdeiro político e deputado federal Luís Eduardo, ACM desfrutou de grande prestígio no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. No auge, Luís Eduardo morre, aos 43 anos, em 21 de abril de 1998. ACM viu nessa a maior tragédia de sua vida. “Estou destruído. Por que meu filho e não eu?”, questionou.

JOSE CRUZ



O Senado homenageou ACM em sessão solene e deu seu nome a um auditório e a uma ala no prédio da Casa

Ao fim do período na Presidência do Senado, foi acusado de violar o painel eletrônico do Plenário na votação secreta que cassou o então senador Luiz Estevão (DF). Isso levou ACM à renúncia em 2001, em meio a um embate com o sucessor, Jader Barbalho. Foi reeleito no ano seguinte com mais de 70% dos votos baianos.

ACM foi o idealizador do Fundo de Combate à Pobreza. Nos últimos anos, como presidente da CCJ, dedicou-se à aprovação do orçamento impositivo e de medidas para melhorar a segurança pública.

LEOPOLDO SILVA



Rodrigo e Simone Tebet, na sessão que homenageou o pai, Ramez Tebet

Plenário homenageia o ex-presidente do Senado Ramez Tebet

O desgaste político sofrido desde maio, quando o Conselho de Ética passou a investigar o presidente do Senado, Renan Calheiros, levou muitos senadores a evocar o papel conciliador de Ramez Tebet, morto em 2006.

“Faz falta o Tebet, porque, numa hora como esta, ele seria a voz que todos ouviriam e as coisas não teriam chegado aonde chegaram”, disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS) na sessão que marcou um ano da morte do ex-presidente do Senado.



JOSÉ CRUZ

1



J. FREITAS

2

1. Cantor Roberto Frejat na Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação; 2. Atriz Beatriz Segall, senadora Marisa Serrano, Marley Bisol, do sindicato de artistas do Rio Grande do Sul, e o ator Odilon Wagner; 3. Jogador de futebol Romário, com a filha Ivy, a mulher, Isabella, com Renan e Verônica Calheiros, Eduardo Azeredo e Paulo Paim no Dia Internacional da Síndrome de Down; 4. Atriz Leticia Santos e o ator Marcos Caruzo; 5. Sérgio Zambiasi (à esq.), deputada Manuela d'Ávila e Alvaro Dias recebem o mesatenista Hugo Hoyama; 6. Atriz Maria Paula com o senador Cristovam Buarque na Comissão de Direitos Humanos



GERALDO MAGELA

MÁRCIA KALUWE

4



3



JANE ARAÚJO

6



5



MÁRCIA KALUME



LEOPO尔多 SILVA



GERALDO MAGELA



ROOSEVELT PINHEIRO

1. Antonio Carlos Magalhães deixa o Senado, amparado por José Sarney, para se recuperar depois de passar mal em Plenário; 2. Arlete Magalhães, viúva de ACM, e Antonio Carlos Júnior, filho e então suplente do senador, falecido em julho; 3. Mesa do Senado anuncia decisão de pedir à Polícia Federal que faça perícia em documentos apresentados por Renan Calheiros em processo por quebra de decoro; 4. Pedro Simon cumprimenta Fernando Collor após debater com ele, acirradamente, sobre o processo de *impeachment* de 1992, que tirou Collor da Presidência da República; 5. Tasso Jereissati (à esq.), Aloizio Mercadante, o ministro Guido Mantega, Romero Jucá, Arthur Virgílio e Sérgio Guerra em frustrada negociação sobre a prorrogação da CPMF, no início de novembro

DANIELLE ALMEIDA/ABF





ANA VOLPE

1



JOSÉ CRUZ

2

J. FREITAS



3

J. FREITAS



4

1. "Tricoteiras" pedem no Congresso o pagamento dos precatórios a que tinham direito; um mês depois, elas faleceram no acidente da TAM em São Paulo; 2. Protesto do Greenpeace na Praça dos Três Poderes; 3. Sindicalistas discutem a proposta de fim da obrigatoriedade do imposto sindical; 4. Fátima Cleide (à esq.) e Ideli Salvatti em manifestação da Central Única dos Trabalhadores; 5. Protesto contra a legalização do aborto na Esplanada dos Ministérios; 6. Cacique Raoni em reunião da Comissão de Direitos Humanos para discutir direitos dos índios

J. FREITAS



6

MOREIRA MARIZ



5



CÉLIO AZEVEDO

1



ROOSEVELT PINHEIRO

2



LEOPOLDO SILVA

3

1. Almeida Lima (à esq.) e Valdir Raupp no Conselho de Ética; 2. Renan Calheiros, então presidente do Senado, apresenta no Plenário documentos em sua defesa; 3. Senadores fazem pressão pelo afastamento de Renan Calheiros da Presidência; 4. Wellington Salgado concede entrevista em favor de Renan Calheiros; 5. Leomar Quintanilha, presidente do Conselho de Ética, fala à imprensa



JOSÉ CRUZ

J. FREITAS

4



5

CÉLIO AZEVEDO



JANE ARAÚJO



GERALDO MAGELA



CÉLIO AZEVEDO



MÁRCIA KALUME



1. Senador José Nery (à esq.) e a presidente do PSOL, Heloísa Helena, protocolam representação contra Renan Calheiros; 2. Jefferson Péres, relator de processo contra Renan pelo uso de "laranjas" na compra de empresas de mídia; 3. Marconi Perillo (PSDB-GO); 4. De pé, Renato Casagrande, ao fundo, Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, Marisa Serrano e Arthur Virgílio no Conselho de Ética; 5. Senadores discutem situação do então presidente do Senado no gabinete de Jereissati



JANE ARAÚJO



CÉLIO AZEVEDO



CÉLIO AZEVEDO



ROOSEVELT PINHEIRO



CÉLIO AZEVEDO



LEOPOLDO SILVA

1. O senador Expedito Júnior, do PR de Rondônia, discursa em Plenário; 2. O senador Jayme Campos (DEM), de Mato Grosso; 3. O senador Neuto de Conto (PMDB), de Santa Catarina; 4. O senador João Durval (PDT), da Bahia; 5. O senador Gim Argello (PTB), do Distrito Federal, na comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; 6. O senador Euclides Mello (PRB), de Alagoas



1. Presidente do Equador, Rafael Correa, visita o Senado e recebe livro de Eduardo Suplicy; 2. Tião Viana recepciona João Bernardo "Nino" Vieira, presidente da Guiné-Bissau; 3. Renan Calheiros e Leonel Fernández Reyna, presidente da República Dominicana; 4. Thomas Boni Yayi, presidente de Benin, com Renan Calheiros; 5. Arlindo Chinaglia (à esq.), Eva Luise e Horst Köhler, primeira-dama e presidente da Alemanha, e Renan Calheiros; 6. O primeiro-ministro da Itália Romano Prodi em visita ao Senado; 7. Inácio Arruda (à esq.) e Tião Viana recebem o secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh





J. FREITAS

GERALDO MAGELA

1. Ana Júlia Carepa, governadora do Pará, com Paulo Paim (D), em reunião da Comissão de Direitos Humanos que discutiu episódio da garota menor de idade presa numa cadeia paraense, por mais de três semanas, junto com 20 homens; 2, 3 e 4. Kátia Abreu, emocionada, Mário Couto e Marcelo Crivella repudiam violência contra menina no Pará



LEOPOLDO SILVA



LEOPOLDO SILVA



1, 2, 3, 4 e 5. As senadoras Serys Silhessarenko, Marisa Serrano, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia e Roseana Sarney também protestaram contra prisão irregular de menor no Pará





CÉLIO AZEVEDO

1



GERALDO MAGELA

2

DIVULGAÇÃO



3

CÉLIO AZEVEDO



4

1. Paulo Paim (PT-RS) discursa em fórum promovido pelo Senado para analisar a violência contra crianças; 2. Grupo dança carimbó durante o I Simpósio Amazônia e Desenvolvimento Regional; 3. Caricatura do escritor Ariano Suassuna na exposição Artistas Brasileiros, realizada no Senado; 4. Funcionários fazem avaliação física durante a Jornada de Saúde e Qualidade de Vida do Senado; 5. Tião Viana discursa em cerimônia de inauguração das novas instalações do Comitê de Imprensa e da redação da Agência Senado, ao lado de vários senadores e jornalistas; 6. Heráclito Fortes (centro) visita a exposição em memória dos 75 anos do Holodomor (morte pela fome) na Ucrânia



MÁRCIA KALUWE

5



MÁRCIA KALUWE

6



GERALDO MAGELA

1



LEOPOLDO SILVA

2



GERALDO MAGELA

3



CÉLIO AZEVEDO

4



CÉLIO AZEVEDO

5

1. Almeida Lima (PMDB), de Sergipe, discursa em Plenário;
2. Mão Santa (PMDB), do Piauí;
3. Rosalba Ciarlini (DEM), do Rio Grande do Norte;
4. Augusto Botelho (PT), de Roraima;
5. Mozarildo Cavalcanti (PTB), mostra mapa do estado de Roraima;
6. Valdir Raupp (PMDB), de Rondônia



MOREIRA MARIZ

6



CÉLIO AZEVEDO



LINDOMAR



CÉLIO AZEVEDO

1. Eliseu Resende (DEM), de Minas Gerais, na Comissão de Assuntos Econômicos; 2. Gilvam Borges (PMDB), do Amapá, concede entrevista à TV Senado; 3. Flávio Arns (PT), do Paraná, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; 4. Jonas Pinheiro (DEM), de Mato Grosso, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; 5. Osmar Dias (PDT), do Paraná, discursa em Plenário; 6. João Vicente Claudino (PTB), do Piauí

JANIE ARAÚJO



LEOPOLDO SILVA



ROOSEWELT PINHEIRO





1. Paulo Duque (PMDB), do Rio de Janeiro; 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB), do Acre; 3. Jarbas Vasconcelos (PMDB), de Pernambuco; 4. Sérgio Guerra (PSDB), de Pernambuco; 5. Epitácio Cafeteira (PTB), do Maranhão; 6. Magno Malta, do PR do Espírito Santo



Em defesa dos hansenianos

Pensão de R\$ 750 mensais beneficiará 3 mil ex-internos de hospitais-colônia

As vítimas de hanseníase submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia até 31 de dezembro de 1986 receberão pensão especial. O benefício é vitalício e intransferível, no valor de R\$ 750 mensais, reajustado de acordo com o salário mínimo. A pensão aos hansenianos será paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e deve demandar R\$ 27 milhões anuais dos cofres públicos.

O pagamento de pensão aos portadores de hanseníase foi aprovado em 29 de agosto no Plenário do Senado, onde tramitou na forma de medida provisória (MP 373/07). Depois de acolhida no Senado, a

MP precisou voltar à Câmara dos Deputados, porque o relator-revisor da proposta, senador Tião Viana (PT-AC), rejeitou emenda da Câmara incorporada ao projeto. A proposição foi transformada em lei ordinária em 18 de setembro.

A MP 373/07 foi inspirada em projeto de lei de Tião Viana, que estabelecia compensação idêntica aos hansenianos. A edição de MP foi um modo encontrado pelo governo para agilizar a tramitação da matéria. A iniciativa deve beneficiar cerca de 3 mil ex-internos, muitos deles foram afastados da família e levados pela polícia sanitária ainda crianças para colônias de isolamento.

Vítimas da talidomida podem ter indenização

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou em 12 de abril uma audiência para analisar o projeto que prevê pagamento de indenização por dano moral a portadores da Síndrome da Talidomida. O texto já foi aprovado no Senado, onde foi examinado pela CCIJ e pela CDH, com decisão terminativa (PLS 156/06). A proposta, de Tião Viana (PT-AC), agora tramita na Câmara dos Deputados.

O valor da indenização deverá ser de R\$ 25.725. O remédio, usado como sedativo para gestantes, foi retirado do mercado em 1965, após confirmações de que causava malformações no feto.

Projeto prevê livros didáticos em braile

Outra matéria que interessa a portadores de deficiência é o projeto de lei da então senadora Heloísa Helena (PLS 224/00) que determina que um percentual das edições de livros didáticos seja feito em braile. As publicações deverão ser oferecidas gratuitamente ou a preço de custo aos estudantes. Aprovada no Senado, a proposta aguarda exame da Câmara.

Turismo para as pessoas com deficiência

Em reunião da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em agosto, os senadores discutiram a adequação da indústria turística aos deficientes. A coordenadora de Segmentação de Turismo, Jurema Monteiro, destacou que o tema “inclusão” é prioridade no Plano Nacional de Turismo 2007-2010.



GERALDO IMAGELA

Tião Viana cumprimenta representantes de associação de apoio a hansenianos, por ocasião da aprovação no Senado de projeto que instituiu pensão vitalícia



Comissão de Direitos Humanos: audiências discutiram proposta que criminaliza a homofobia

Indígenas pedem atualização de estatuto

Parlamentares e índios pediram, durante audiência pública promovida pelas comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais do Senado, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas. O projeto de lei (PL 2057/91) que atualiza o Estatuto do Índio aguarda exame dos deputados desde 1991. A audiência foi realizada em 19 de abril, em comemoração ao Dia do Índio. Participaram da reunião parlamentares, autoridades do governo federal, representantes de 98 nações e mais de mil indígenas.



Cacique no Congresso: representantes de 98 nações participaram de audiência pública realizada no Dia do Índio

Senado analisa proposta contra discriminação de gays

O projeto que prevê a criminalização da homofobia, de autoria da ex-deputada Iara Bernardi (PL 5.003/01), foi aprovado na Câmara e chegou ao Senado em dezembro de 2006. A proposta altera a Lei 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, além do Código Penal e da Consolidação das Leis do Trabalho. O projeto torna a discriminação contra homossexuais um crime punível de maneira semelhante ao de racismo, com pena de até cinco anos.

A proposta foi debatida em audiências na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde se encontra pronta para votação. A relatora da matéria na comissão, senadora Fátima Cleide (PT-RO), apresentou parecer favorável ao projeto. Antes de ir ao Plenário, a proposição terá também que passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça. Parlamentares ligados a instituições religiosas são contra a proposta, por considerar que ela atenta contra a liberdade de pensamento e de culto.

Órfãos de planos econômicos

A Comissão de Direitos Humanos realizou, em 14 de junho, audiência pública sobre os direitos dos cidadãos prejudicados pelos planos econômicos Bresser, Collor I e II e Verão. O senador José Nery (PSOL-PA) defendeu uma ação conjunta do Congresso Nacional, a ser coordenada pela comissão, no sentido de que seja encontrada uma saída concreta destinada a resgatar o dinheiro devido aos poupadores.

Outro tema relacionado aos direitos financeiros dos cidadãos foi alvo de debate, dessa vez na Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 19 de junho: os valores das tarifas bancárias. Na ocasião, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ao ser questionado sobre as altas tarifas cobradas pelos bancos do país, respondeu que a instituição “não tem a função ou a tarefa de controlar preços”.



Lúcia Vânia tem defendido mecanismos de proteção da mulher contra a violência



Marisa Serrano quer maior participação feminina na política partidária

Mais informação sobre a mulher

Relatório anual mostrará as taxas de emprego, escolaridade, rendimento e mortalidade, para dar maior embasamento às políticas dirigidas à mulher

O governo federal deverá produzir anualmente o Relatório Socioeconômico da Mulher (Raseam). Conforme projeto de lei (PLC 34/04) aprovado pelo Senado, o documento trará informações sobre taxas de emprego, rendimento, nível de escolaridade, violência sexual ou psicológica, expectativa média de vida, taxa de mortalidade materna, grau médio de escolaridade, gravidez na adolescência e doenças típicas ou de maior incidência nas mulheres, entre outras.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), relator *ad hoc* do projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o relatório servirá de parâ-

metro para órgãos públicos priorizarem políticas para as mulheres. Possibilitará também prevenir situações como o estupro da adolescente de 15 anos – presa em uma cela com 20 homens – ocorrido na penitenciária de Abaetetuba (PA).

A proposta aprovada garantirá ainda maior transparência das informações sobre a situação da mulher no país.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres, em 2000, compunham 50,78% da população. Em 2004, elas eram apenas 36% da população economicamente ativa do país. E no ano passado, 10,1% das mulheres possuíam menos de um ano de instrução ou nenhuma.

Casa para quem sustenta a família

O Senado acolheu no mês de maio o projeto de lei (PLC 12/00) que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família. A matéria deverá, no entanto, passar por turno suplementar de discussão e votação para ser definitivamente aprovada. Pela proposta, a mulher com renda familiar mensal de até três salários mínimos e que seja a única responsável pelo sustento da família será beneficiada com projetos habitacionais financiados pelo governo. A proposição estabelece prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco.

Redução da idade para esterilização

O Senado está debatendo a redução da idade mínima necessária para uma pessoa se submeter à esterilização cirúrgica como método anticoncepcional. A Lei do Planejamento Familiar (Lei 9.263/96) impede que a cirurgia seja feita antes dos 25 anos. Já o projeto de lei (PLS 284/06) em discussão reduz para 18. Autor da proposta, o senador Marcelo Crivella (PR-RJ) argumenta que tanto a mulher que deseja fazer a laqueadura como o homem que opta pela vasectomia têm obrigatoriamente de passar por consultas médicas e psicológicas e reiterar sua opção 60 dias antes da data marcada para a esterilização.



“Estamos falando em vidas”, diz Patrícia Saboya, autora do projeto aumenta licença-maternidade

Seis meses para cuidar do bebê

Empresa que ampliar licença-maternidade em dois meses terá incentivos. “Há casos que demandam tratamento especial”, diz Azeredo

Em 2007, as brasileiras obtiveram uma vitória importante: foi aprovada pelo Senado a prorrogação da licença-maternidade, dos atuais quatro meses, para seis meses. Para entrar em vigor, o projeto agora espera a decisão da Câmara dos Deputados. O projeto de lei (PLS 281/05), da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), passou pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no dia 18 de outubro.

– Nós estamos falando em vidas. Uma sociedade é justa quando o direito à licença-maternidade é realmente garantido – ressaltou Patrícia Saboya.

Pela proposta, que cria o programa Empresa Cidadã, a adesão é voluntária. Os empresários são estimulados a prorrogar a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Assim, a empresa poderá deduzir integralmente do Imposto de Renda o valor da remuneração da empregada relativa aos 60 dias de prorrogação da licença.

– Ninguém perde nada. Apenas as crianças ganham – assinalou o senador Paulo Paim (PT-RS), relator, ao salientar que a iniciativa não prejudicará os empresários.

Segundo Patrícia Saboya, projeções

indicam que a renúncia fiscal que ocorrerá “é palatável”. Corresponde a cerca de R\$ 500 milhões, referente à dedu-

ção, do Imposto de Renda devido, da remuneração da empregada afastada. Segundo a senadora, “em vista dos imensos ganhos sociais da iniciativa, a relação custo-benefício é claramente positiva”.

Patrícia Saboya argumenta que a medida vai permitir um período maior de aleitamento materno, que garante não apenas a nutrição do bebê, mas também “uma forma natural de propiciar a plenitude do vínculo afetivo”

entre a mãe e o filho.

“Há situações que demandam tratamento especial”, sustenta, por sua vez, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). E no caso das mães de gêmeos ou de crianças prematuras, doentes ou com má formação, a licença-maternidade de seis meses pode mesmo se tornar obrigatória. Projeto de lei (PLS 300/07) nesse sentido, do próprio Eduardo Azeredo, foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais e seguiu à Câmara dos Deputados.

Licença para a mulher trabalhadora cuidar do filho recém-nascido é, atualmente, de apenas quatro meses



É crime roubar a infância

Comissão de Direitos Humanos aprova projeto que torna crime o acesso a pornografia infantil na internet

■ Turismo sexual

Só a participação da sociedade pode combater de modo efetivo a exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa é a conclusão dos especialistas que debateram, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o programa Turismo Sustentável e Infância, lançado pelo Ministério do Turismo. Eles destacaram que o turismo sexual é difícil de ser coibido e pediram maior envolvimento da sociedade e das autoridades no combate a esse crime. A consultora do Ministério do Turismo Fabiana Gorenstein ressaltou que essa prática “não é, de fato, turismo, mas crime, e assim deve ser tratada”. A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), que presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual, ressaltou que não houve punição em nenhum dos casos encaminhados pela CPI ao Ministério Público. A Organização Mundial do Turismo, observa Gorenstein, recomenda mais qualificação do setor de turismo no Brasil.

Quem acessar pela internet ou adquirir material pornográfico que envolva crianças ou adolescentes pode pegar pena de reclusão de dois a seis anos. É o que determina projeto de lei (PLS 109/04) aprovado no Senado e já encaminhado à Câmara. A proposta, de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90) para criminalizar a aquisição de cenas de pornografia com menores.

Além da reclusão de dois a seis anos, o texto prevê multa para quem adquirir ou receber, mesmo de forma gratuita, bem como ocultar ou guardar fotografias, cenas ou imagens produzidas na internet contendo crianças ou adolescentes. O provedor do *site* pornográfico seria obrigado a comunicar o fato ao Ministério Público. Para Marcelo

Crivella, a pedofilia “mata a inocência, assassina a infância, destrói sonhos e cria feridas dificilmente cicatrizáveis”.

O relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), lembrou que a pornografia eletrônica é um “mercado nefasto”, fonte de exploração de meninos e meninas. O senador César Borges (PR-BA) havia apresentado projeto semelhante, por entender que o consumidor de pornografia infantil não é punido pela legislação atual. E o senador Romeu Tuma (PTB-SP) elogiou a iniciativa de coibir esse crime eletrônico.

Já o projeto (PLS 118/03) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), também aprovado, define como crime, com pena de quatro a 15 anos de reclusão, o ato de utilizar, induzir, instigar, incentivar ou auxiliar menores de idade a praticar ou participar de crimes.

FOTOS: J. FREITAS



Projeto de Marcelo Crivella (ao lado), já enviado à Câmara, permite pena de até seis anos de reclusão a quem acessar pornografia infantil pela internet. César Borges (abaixo, à esq.) lembra que a legislação em vigor livra o consumidor. Para Romeu Tuma, é preciso atualizar a legislação relacionada a crimes pela rede mundial de computadores





Segundo dados do IBGE, cerca de 3 milhões de crianças entre cinco e 15 anos de idade trabalham em todo o Brasil

Empresa que empregar menores perderá isenções

As empresas que descumprirem a legislação e empregarem crianças poderão sofrer restrições de ordem econômica. Projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES), já aprovado pelo Senado e enviado à Câmara, tem o objetivo de desestimular o trabalho infantil ao estabelecer impedimento de financiamento ou isenções fiscais a empresas que contratarem crianças. De acordo com a proposta (PLS 99/03), menores de 18 anos não poderão ser empregados em trabalhos perigosos, insalubres ou noturnos, e os menores de 16 anos não podem trabalhar, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Trabalho infantil é realidade no país

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que discutiu o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) informou que quase 3 milhões de crianças entre cinco e 15 anos trabalham no Brasil, conforme o IBGE.

Segundo Gerson Camata, o projeto foi elaborado por sugestão da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e teve o apoio da Frente Parlamentar pela Criança, da Câmara dos Deputados. Ele ressalta que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), vinculado à Presidência da República, determina que os recursos públicos não devem financiar atividade econômica que empregue mão-de-obra infantil.

As empresas infratoras não receberão financiamentos, isenções ou benefício financeiro de instituições públicas de fomento econômico e de estímulo à produção agrícola ou industrial.

Já a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) informa que há 1,2 milhão de crianças trabalhando no setor rural, mas só 10% atuam na agricultura comercial. Representante da CNA, Clóvis Veloso, ressalta que o trabalho infantil na agricultura é uma questão cultural. Para os debatedores, só a educação solucionaria o problema.

■ Creche na empresa

Crianças de até cinco anos podem ter direito a creches pagas pelas empresas. É o que estabelece o PLS 298/03, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado pelo Senado e enviado à Câmara. Empresas com até 70 empregados teriam a responsabilidade de oferecer creches e pré-escolas a essas crianças. O empregador prestaria a assistência diretamente ou pelo pagamento de auxílio-creche.

■ Maus-tratos

Tramita na Comissão de Direitos Humanos proposta (PLS 163/03) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que obriga profissionais de saúde, autoridades policiais e quaisquer pessoas encarregadas do cuidado, da guarda ou da assistência de menores, a informar ao conselho tutelar sobre maus-tratos. Isso inclui agressões físicas, psicológicas ou sexuais, crueldade mental, tortura, abandono e privação de alimentos. A pena chegaria a seis meses de prisão e multa.



ANTONIO CRUZ/ABR

O Exército precisa reestruturar-se e dar operacionalidade aos contingentes que atuam na fronteira, disse o comandante Enzo Martins

Preparados para tudo

Forças Armadas enfrentam situação de penúria, conforme relatos dos comandantes militares à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizou em 2007 uma série de audiências para debater o orçamento das Forças Armadas brasileiras. A primeira discussão ocorreu em agosto, quando o colegiado reuniu-se com o comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto.

Na ocasião, Moura Neto afirmou que o poder naval poderá desaparecer até 2025 se até lá não houver novos investimentos em equipamentos. Para 2007, disse, seria necessário R\$ 1,84 bilhão, mas o Orçamento destina R\$ 1,49 bilhão e apenas R\$ 1,28 bilhão deverá efetivamente ser liberado até o final do ano.

Em setembro, num depoimento secreto de mais de três horas, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito,

apresentou um quadro “preocupante” da situação da Força, conforme o presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

Na opinião de Heráclito, não basta que se aumente a dotação para a Aeronáutica no Orçamento da União de 2008. É preciso também, a seu ver, garantir a liberação dos recursos.

De acordo com o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, para responder à atual conjuntura do país

e do mundo, é necessário reestruturar a Força e, para isso, alocar mais recursos para reparamento de brigadas e melhoria das atividades de vigilância de fronteira. O diagnóstico foi feito em outubro na última audiência da CRE sobre

as finanças das Forças Armadas.

Enzo Peri disse que é preciso dar condições de operacionalidade aos quartéis de fronteira para, posteriormente, aumentar o número de casernas. O país tem 17.500 quilômetros de fronteiras terrestres, ressaltou o militar.

Ainda de acordo com o general, o

Brasil é o país da América do Sul que menos gasta com defesa, tem equipamentos muito antigos e um efetivo maior apenas do que o da Argentina. Atualmente,

78% dos blindados têm mais de 34 anos e 58% das viaturas, mais de 20 anos. Já a maior parte dos equipamentos da artilharia remonta à 2ª Guerra Mundial. Há armamentos com 42 anos de uso, acrescentou.

Para Heráclito Fortes, é preciso aumentar e garantir a dotação de recursos para defesa

Pelo bem do lucro e da ciência

Nova lei concede benefícios fiscais a empresas que investem em instituições de pesquisa

Com o objetivo de tornar as empresas brasileiras mais competitivas tanto no mercado interno quanto no externo, o governo federal vem estimulando nos últimos anos a implementação de inovações tecnológicas em produtos e serviços. Uma dessas iniciativas foi aprovada no final de maio pelo Senado (a Câmara acolheu

a matéria em dezembro de 2006), sob a forma de um projeto de lei de autoria do Executivo que oferece incentivos fiscais ao setor privado.

Um dos objetivos da proposta (PLC 124/06) é aproximar a comunidade científica da iniciativa privada, uma vez que o “divórcio” entre esses dois setores é considerado um dos principais entraves às inovações tecnológicas no país. De acordo com a proposição, as empresas que investirem em projetos executados por instituições de pesquisa científica e tecnológica (como os realizados pela Embrapa e pela Fiocruz) poderão abater do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Empresas que financiam pesquisa têm desconto no Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

parte das despesas.

O Executivo transformou a proposta na Lei 11.487, de 15 de junho de 2007. Como a Lei 11.196/05 (a Lei do Bem) também oferece incentivos fiscais como contrapartida de investimentos em inovação tecnológica, as empresas têm de optar entre uma ou outra.

JANE ARAÚJO



Francisco Dornelles relatou e deu parecer favorável ao PLC 124/06 na Comissão de Assuntos Econômicos



ARQUIVO/UnB-AGÊNCIA

Fundo científico tem regulamentação aprovada

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que na década de 70 havia sido fundamental para viabilizar as atividades de institutos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, foi revitalizado nos últimos anos com os recursos provenientes dos fundos setoriais de ciência e tecnologia, criados a partir de 1999. Essa mudança

foi uma das razões que levaram o governo federal a apresentar um projeto de lei para regulamentar o FNDCT, de forma a adaptá-lo às regras dos fundos setoriais.

O Senado aprovou esse projeto em outubro deste ano – a deliberação na Câmara ocorrera no mês anterior – e em novembro o Executivo o transformou na Lei 11.540/07.

Essa regulamentação afeta a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), já que esse órgão do governo é o responsável pelo repasse das verbas do FNDCT – e, portanto, dos recursos dos fundos setoriais. A nova lei prevê ainda a criação de um conselho diretor para o FNDCT e a possibilidade de seus recursos serem utilizados em empréstimos a empresas.

As leis que faltam

Relatório da Subcomissão dos Marcos Regulatórios traz sugestões para aperfeiçoar normas que regem setores essenciais para a infra-estrutura do país

O relatório final da Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios, aprovado em outubro, defende a apresentação de diversos projetos de lei para aperfeiçoar a regulação de setores responsáveis por atividades consideradas estruturais, como energia, telecomunicações e transporte.

De acordo com o relator da subcomissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foram realizadas 16 reuniões temáticas, com a presença de mais de 50 especialistas dos setores público e privado. O diagnóstico foi apresentado em relatórios divididos por área. Veja uma síntese a seguir.

Energia: rigor com licença ambiental

O relatório propõe a apresentação de um projeto de lei que discipline o licenciamento ambiental de aproveitamento de potenciais hidráulicos considerados estratégicos. Uma segunda sugestão diz respeito à responsabilização criminal de agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que outorgarem autorizações ou permissões em desacordo com as normas ambientais.

Telecomunicações: legislação unificada

Sugere unificar o regime jurídico das diversas modalidades de serviços de TV por assinatura, reguladas hoje por leis diferentes, no âmbito da disciplina geral aplicável aos demais serviços de telecomunicações. Mas o relatório garante conquistas sociais asseguradas pela Lei do Cabo (Lei 8.977/95), como a obrigatoriedade de transmissão de determinados canais.



JOSÉ CRUZ

Garibaldi (E), relator da subcomissão, com Delcídio, presidente

Petróleo: mais dinheiro para a ANP

O contingenciamento de recursos do Orçamento da União destinados à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e daqueles oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Incidente sobre Combustíveis (Cide-Combustíveis) é apontado pelo relatório da subcomissão como altamente prejudicial ao sistema.

Transporte terrestre: recuperação da malha

Recomenda a recuperação e a manutenção da malha federal, a agilização das licitações de transporte interestadual de passageiros e a diminuição da carga tributária que incide sobre o setor. Diagnosticou também a necessidade de se conceder maior autonomia à Agência Nacional de

Transportes Terrestres (ANTT).



FERNANDO CUNHA/FELICKR



Movimentação de contêineres em Sepetiba, no Rio de Janeiro: portos brasileiros em geral são mal equipados e carecem de gestão eficiente

Aviação civil: mais longe dos militares

Uma das soluções para os recentes problemas do setor seria a implantação, sob responsabilidade civil, do sistema de tráfego aéreo por satélite. Também foi proposta a descentralização e a privatização dos aeroportos.

Portos: falta de gestão e de equipamentos

Na visão da subcomissão, os portos brasileiros precisam ser mais bem aparelhados e as políticas de gestão revistas. Propõe a revisão do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias (Lei 8.630/93), que poderia solucionar entraves judiciais que comprometem a dinâmica do setor.

Mineração: carência de marco legal

Há necessidade, entre outras medidas a serem analisadas pelo Congresso Nacional em prol do setor de mineração, de definir o marco legal e os percentuais cobrados a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) e de compensação ambiental.

Recursos hídricos: problemas pontuais

O colegiado considera adequadas as leis do setor, mas recomenda retomar o exame de proposta (PEC 43/00) que prevê a transferência para a União do domínio das águas subterrâneas.

Agências: PEC para regular atuação

A subcomissão concluiu pela apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) destinada a aperfeiçoar o funcionamento das agências reguladoras. Sugeriu também a fixação de regras para o acompanhamento das agências pelo Poder Legislativo.

Vigilância sanitária: leis esparsas

O arcabouço legal na área de saúde é falho e esparso, diz o relatório. O Congresso privilegia alterações pontuais na legislação, em vez de produzir normas gerais. O relator aponta ainda a necessidade de uma agência reguladora independente.

Saneamento: é preciso regulamentar

A comissão considera suficiente o marco legal recém-aprovado (Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007), mas recomenda ao Poder Executivo analisar a necessidade ou conveniência de se regulamentar a chamada Lei do Saneamento por meio de decreto.

Resíduos sólidos: proveito econômico

Nas audiências, os debatedores reivindicaram medidas como um melhor aproveitamento econômico dos resíduos; instituição de programas de coleta seletiva; fomento da reciclagem; desoneração tributária; inclusão das cooperativas de catadores na cadeia da logística reversa; e a regulação da responsabilidade pós-consumo.

Comunicação social: sem regras claras

A falta de regras adequadas gera prejuízos econômicos aos fabricantes de equipamentos. Já as empresas de radiodifusão procuram evitar a entrada das empresas de telecomunicações no sistema de TV a cabo, receosas da perda de faturamento. Por isso defendem a reserva de mercado da produção e programação de conteúdo.



Plenário do Senado: parlamentares aprovaram todas as medidas provisórias e outras matérias do Programa de Aceleração do Crescimento

Investimentos superiores a R\$ 500 bi até 2010

O governo lançou em janeiro o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que engloba políticas econômicas planejadas para os próximos quatro anos. Prevê investimentos superiores a R\$ 500 bilhões até 2010.

O PAC inclui medidas de infra-estrutura, como habitação, saneamento e transporte. Também traz medidas para estimular o crédito, melhorar o marco regulatório na área ambiental e promover a desoneração tributária.

Com redução do superávit primário, mais dinheiro para investir

O Congresso aprovou em maio substitutivo a projeto do governo que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 para autorizar a redução do superávit primário. O objetivo da proposta, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento, foi reforçar os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI).

As obras de infra-estrutura elencadas no PPI ganharam aporte extra de recursos de R\$ 6,7 bilhões, o que poderia elevar o total dos dispêndios a R\$ 11,3 bilhões ainda em 2007. O projeto (PLN

1/07) seguiu para sanção presidencial.

Se o governo de fato executar a nova previsão de gastos do PPI, a meta de superávit primário cai para 3,75% do produto interno bruto (PIB) – calculado pela metodologia anterior do IBGE. A meta, que corresponde à economia do governo para pagar juros da dívida, estava fixada antes em 4,25% do PIB. Os dispêndios com o PPI, que envolve projetos como obras de estradas e portos, ficam livres de contingenciamento durante a execução do Orçamento.

Senado aprova pacote de medidas

O Senado aprovou no dia 15 de maio quatro medidas provisórias integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento. A MP 352 criou incentivos fiscais para a produção de equipamentos eletrônicos utilizados na TV digital. Por sua vez, a MP 351 concedeu incentivos

fiscais para projetos na área de infra-estrutura. Já a MP 348 instituiu o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (FIP-IE). A última medida foi a MP 340, que determinou a correção de 4,5% na tabela do IR Pessoa Física, anualmente, até 2010.

Fundo emprega dinheiro do FGTS

A última medida provisória do Programa de Aceleração do Crescimento que ainda tramitava no Senado foi aprovada pelo Plenário no dia 29 de maio. A MP 349/07 criou um fundo de investimento tendo como capital inicial R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aplicação nos setores de energia, transporte e saneamento básico. A MP seguiu para sanção presidencial. A medida determinou ainda que outros recursos poderão ser alocados ao chamado Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), até o limite de 80% do patrimônio do Fundo de Garantia, equivalente a R\$ 16,7 bilhões em 31 de dezembro de 2006.



ANATEL

Parcela de 16% dos brasileiros não tem acesso a telefone público ou linha fixa

Pela universalização da telefonia

Em audiência da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios no dia 21 de maio, o presidente, senador Delcídio Amaral (PT-MS), questionou por que

a universalização da telefonia fixa no país não avançou, pois 16% dos brasileiros não têm acesso à telefonia fixa e nem ao menos a um telefone público.

Proposta estabelece regras para agências reguladoras

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em agosto a redação final, para exame em segundo turno no Plenário, da proposta de emenda à Constituição (PEC 81/03) que fixa regras para a atuação das agências reguladoras. Após a votação, a matéria será enviada à Câmara.

A PEC determina que as agências reguladoras deverão respeitar princípios como os de proteção do interesse público, defesa da concorrência e do direito do consumidor, universalização, continuidade e qualidade dos serviços. Ainda prevê que uma lei regulamentará a matéria, inclusive quanto à supervisão das agências pelo Poder Executivo.

O autor da emenda, Tasso Jereissati (PSDB-CE), afirmou que ela favorece a atração de capital produtivo, pois dá segurança aos investidores para aplicar em infra-estrutura e serviços públicos.



CÉLIO AZEVEDO

Tasso Jereissati: segurança ao investidor como forma de atrair capital produtivo

Rede de esgoto obrigatória

Foi aprovado em maio pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em decisão terminativa (sem necessidade de ir a Plenário), projeto que condiciona a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura básica. A proposição, que altera a Lei 6.766, de 1979, foi enviada à Câmara em agosto. Autor do PLS 264/04, o senador Augusto Botelho (PT-RR) contou que a proposta visa à saúde das crianças, que, muitas vezes, morrem devido a doenças adquiridas pela falta de saneamento e de esgoto.

Secretaria para capitanear portos

A medida provisória (MP 369/07) que criou a Secretaria Especial de Portos foi aprovada no dia 22 de agosto em Plenário e seguiu para sanção presidencial. O principal ponto de discórdia durante a discussão da matéria foi a criação de 111 cargos em comissão para a nova secretaria, que, segundo o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), seriam remanejados de outros órgãos federais.

Fim da linha para a RFFSA

O projeto que encerrou o processo de liquidação da RFFSA, com a conseqüente extinção da empresa (PLV 5/07), foi aprovado pelo Plenário em maio e seguiu para a sanção presidencial.

O texto autorizou, por exemplo, a criação de 157 cargos para fazer o inventário dos bens da RFFSA e a venda dos imóveis não-operacionais em programas de habitação de interesse popular.



Campo de gás na Bolívia, dona da segunda reserva do produto na América do Sul: a nacionalização do setor provocou falhas no fornecimento ao Brasil

E se o gás acabar?

Preocupados com cortes no fornecimento, senadores apontam falhas no planejamento do setor

O corte de fornecimento de gás natural imposto pela Petrobras às distribuidoras do Rio de Janeiro e São Paulo, prejudicando indústrias e proprietários de veículos movidos a gás, levou senadores a acusarem o governo de não ter um planejamento estratégico para o setor.

Na visão do senador César Borges (PR-BA), o Executivo teria se equivocado ao incentivar a indústria nacional a mudar a matriz energética, substituindo outras fontes de energia por gás natural, sem promover, ao mesmo tempo, investimentos adequados na construção de

gasodutos e na prospecção e exploração de jazidas do combustível no país.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a falta de gás no Brasil é responsabilidade dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da Argentina e da Bolívia. Jayme Campos (DEM-MT) criticou a Petrobras por se negar a fazer novos investimentos na Bolívia.

Em audiência, os senadores ouviram o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, sobre a crise do gás. Hubner considerou pequenas as chances de descumprimento dos acordos assinados com a Bolívia.

Regras para compra e venda do álcool

As regras para comercialização do álcool etílico hidratado e do álcool etílico anidro serão regulamentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A mudança na legislação sobre venda e consumo do produto consta de projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O objetivo da proposta (PLS 190/06) é reduzir o número de acidentes causados pelo produto. Pesquisa já mostrou, segundo Valadares, que o álcool vitima cerca de 150 mil pessoas por ano; um terço delas são crianças.

O projeto precisa ainda ser aprovado pela Câmara dos Deputados.

Biocombustível terá força-tarefa

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, no início de agosto, o projeto de decreto legislativo (PDL 196/07) que autoriza a criação de força-tarefa sobre biocombustíveis entre África do Sul, Brasil e Índia. A matéria foi relatada pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Segundo ele, os três países tendem a tornar-se "potências mundiais no fornecimento e distribuição de bioenergia nas próximas décadas". Está prevista a cooperação na produção de combustíveis, em

programas de cooperação técnica e de capacitação na produção sustentável de biocombustível e na troca de informações.

Alternativa: alunos da USP de Ribeirão Preto trabalham no desenvolvimento do biodiesel



USP/RIBEIRÃO PRETO

Em debate, o uso da energia nuclear no país

Em debate sobre a viabilidade econômica e ambiental do uso da energia nuclear no Brasil, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves, destacou as vantagens para o Brasil do

desenvolvimento da energia atômica.

Segundo ele, o país tem uma das maiores reservas de urânio – matéria-prima usada nas centrais nucleares. Oito usinas nucleares, disse, poderiam ser construídas no Brasil até 2030.

Já o diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio

Ambiente, Ruy de Góes Leite de Barros, alertou para os riscos de acidentes em usinas nucleares.


O senador Sibá Machado (PT-AC) ressaltou os avanços científicos associados à tecnologia nuclear. Garibaldi Alves (PMDB-RN) reivindicou a instalação de centrais nucleares no Nordeste.

Matéria-prima para o biodiesel: quem fornecerá?

O foco do programa brasileiro de biodiesel foi debatido em audiência pública realizada no dia 13 de setembro pela Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis do Senado. Representando o governo, Rodrigo Rodrigues, coordenador da comissão interministerial responsável pelo Programa Nacional de Produção de Biodiesel, ressaltou a importância da inclusão social na produção de matérias-primas. Ele se referia especificamente à agricultura familiar. Mas um dos representantes do setor privado, Nivaldo Trama, presidente da Associação das Indústrias de Biodiesel do Brasil, criticou o programa. Segundo o empresário, “o foco tem de estar nos grandes investimentos, o que se faz nas grandes corporações”. Em sua avaliação, a indústria do biodiesel só será viável se houver produção em grande escala.

Senado discute legislação sobre petróleo e gás natural

A legislação sobre exploração de petróleo e gás natural foi debatida em maio, durante audiência pública, pela Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios. A discussão incluiu a política nacional para a prospecção desses produtos. O vice-presidente de Exploração e Produção da Shell do Brasil, John Haney, frisou que, como estrangeiro, gostaria de atuar num cenário de “regras mais claras, estáveis e concisas, que propiciem um ambiente de credibilidade favorável ao investimento, desenvolvimento e incremento da competição no setor”. Já o representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Heitor Manoel Pereira, disse ser contrário à abertura do setor, e salientou que a Petrobras pode conduzir a indústria de petróleo brasileira sem concessões ao capital estrangeiro.



Exploração de petróleo na bacia de Campos, onde se localiza uma das maiores reservas petrolíferas da plataforma continental brasileira

Raízes bem assentadas

Projeto de Delcídio Amaral pretende coibir a venda irregular de terras por trabalhadores rurais

São recorrentes as denúncias de que parte dos assentados rurais negocia lotes que recebem do programa de reforma agrária e volta a entrar na fila de candidatos a novas áreas rurais.

Para combater essa prática, Delcídio Amaral (PT-MS) apresentou em 2003 o projeto de lei (PLS 180/03) que exige a atualização anual do cadastro dos assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Mas somente em maio deste ano a proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão

Alívio para produtor endividado

Depois de cinco anos amargando perdas, a agropecuária voltou a tomar fôlego em 2007, com a garantia de preços melhores para as lavouras e a produção de carnes e leite.

Uma das medidas que ajudou parte do setor foi a aprovação pelo Senado do projeto de lei de conversão (PLV 23/07, ori-

terminativa, e agora tramita na Câmara.

Para o senador, o prazo de um ano é “razoável”, e há instrumentos que podem agilizar a atualização do cadastro, informação contestada por representantes do Incra, que acreditam que tal medida terá problemas de operacionalização.

O projeto estabelece que “a distribuição de imóveis rurais por reforma agrária far-se-á por meio de títulos de domínio ou de concessão de uso, vedada a transmissão da propriedade ou da posse, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito, pelo prazo de dez anos”.

ginário da MP 372/07), já publicado como Lei 11.524, que criou uma linha de crédito para agricultores em dívida com fornecedores de adubos, sementes e agrotóxicos. Os financiamentos serão liquidados em prestações com vencimentos em maio de 2009, 2010, 2011 e 2012. O montante foi limitado em R\$ 2,2 bilhões.

RS deverá ter fundo agropecuário

O Rio Grande do Sul terá financiamento de projetos de fomento à agricultura e pecuária para aquisição de equipamentos e máquinas e para pesquisas e estudos de tecnologias agrícolas. É o que determina o projeto de lei (PLS 39/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (Fundap/RS). A proposta, já aprovada no Senado, tramita agora na Câmara.

CAS aprova Política Nacional de Pesca

Após discussões com associações de pescadores em vários estados, as comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Sociais aprovaram projeto do então deputado Koyu Iha estabelecendo a Política Nacional de Pesca (PLC 29/03). A proposta visa promover o ordenamento e a fiscalização da pesca, a preservação e a recuperação dos ecossistemas e o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos pescadores. O projeto aguarda votação no Plenário do Senado.

Produtor rural constrói casa em assentamento: senadores querem evitar a venda irregular de lotes obtidos nos programas de reforma agrária



A CDH (acima), presidida por Paim, reuniu descendentes de escravos; Camata (D) alertou para falsos quilombos



Reivindicação de terras para os quilombolas gera debate no Senado

Os conflitos que envolvem as comunidades remanescentes de quilombos – povoações de escravos africanos trazidos para o Brasil durante o período colonial e que se rebelaram e fugiram de cativeiros – ensejaram neste ano uma série de audiências na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O programa Brasil Quilombola, criado por decreto assinado em 2004 pelo presidente Lula, regulamentou o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição federal e reconheceu o direito de propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

Mas a própria Secretaria de Direitos Humanos reconhece que houve aumento dos casos de violência nas comunidades após a publicação do decreto.

Os representantes dos grupos quilombolas que participaram das audiências no Senado denunciaram a ação de autoridades a favor de fazendeiros. Foi o que afirmaram José Maria Gonçalves, do Quilombo Invernada dos Negros (SC); Domingos Xapóca, do Quilombo Linharinho (ES); e Dernivaldo Lima, do Quilombo Gurutuba (MG). Eles relataram a perseguição de prefeitos e políticos locais, que estariam ao lado dos fazendeiros que reivindicam as terras em fase de reconhecimento como áreas quilombolas.

Para a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a regularização dos quilombos “envolve enfrentamento político e de classes”.

– Quem puxa a reação não são os pequenos agricultores, e, sim, as forças políticas que não deram viabilidade ao processo de regularização dos quilombos

em governos anteriores – disse.

A senadora propõe que a Frente Parlamentar Quilombola articule uma campanha nacional de conscientização da sociedade sobre os direitos dessas comunidades.

Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) alertou para o risco de uma “guerra racial” no Brasil e disse que também há muitas fraudes no reconhecimento de áreas tidas como remanescentes de quilombos.

Gerson Camata exibiu um mapa com as terras – muitas delas grandes áreas públicas – requeridas pelos quilombolas. Ele informou que somente na Bahia já são 450 comunidades identificadas como remanescentes de quilombos, somando-se a outras 330 no Pará e 45 no estado do Espírito Santo.

Índices de produtividade do Incra provocam reação

A proposta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária estabelecendo novos índices de produtividade rural causou muita discussão no Senado. O assunto foi tema de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A proposição ajusta as medidas de rendimentos de 38 produtos vegetais e os índices de lotação para a pecuária.

É considerada propriedade produtiva aquela, explorada economicamente, que atinge simultaneamente grau de utilização da terra igual ou superior a 80% e grau de eficiência na exploração igual ou superior a 100%.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) condenou os índices de produtividade propostos pelo governo e afirmou que, dessa forma, o número de propriedades

passíveis de desapropriação será praticamente duplicado, passando de 58 mil para 113 mil.

A Comissão de Assuntos Econômicos está analisando projeto de lei (PLS 202/05) de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que dispõe sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade rural.



Destroços em Congonhas: acidente com avião da TAM em julho matou 199 pessoas e agravou a crise do setor aéreo no país

Lupa no apagão aéreo

Comissão de inquérito sobre a crise na aviação civil termina com pedido de indiciamento de 14 pessoas

■ Nuvens escuras

As quedas de aviões da Gol e da TAM, com 353 mortos, foram a face mais sombria da crise aérea. Por vários meses o país conviveu com a rotina de longos atrasos das aeronaves, panes nos sistemas de controle e até motins dos controladores de voo, com desdobramentos políticos e econômicos. Duas CPIs investigaram o caos aéreo. A do Senado aprovou um relatório com mais de mil páginas, que apontou corrupção na Infraero e apresentou um detalhado diagnóstico do setor.

A crise do sistema aéreo brasileiro, que teve início com o acidente com o Boeing da Gol no espaço aéreo de Mato Grosso, em setembro de 2006, foi alvo de investigação pelo Senado de maio a outubro de 2007. Sob protestos dos senadores dos partidos de oposição, a CPI do Apagão Aéreo, como ficou conhecida, rejeitou o relatório apresentado por Demostenes Torres (DEM-GO). Foi aprovado em seu lugar o voto em separado do senador João Pedro (PT-AM), que excluiu nove pessoas de uma lista de 23 que tiveram o indiciamento pedido pelo relator.

Mas, no texto aprovado em 31 de outubro, João Pedro manteve uma série de recomendações do relatório de Demostenes. Entre elas, a de que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) passe a adotar para as aeronaves civis as mesmas normas de segurança que são seguidas em relação ao avião presidencial.

O acidente com o Boeing da Gol, que matou 154 pessoas, revelou problemas graves no controle aéreo brasileiro e deu início a uma crise sem precedentes, no maior caos aéreo já vivido pelo país. O

Boeing colidiu com um jato Legacy da American ExcelAir, pilotado por americanos, que seguia em altura equivocada. A revelação da fragilidade do sistema aéreo e os constantes atrasos de vôos domésticos e internacionais, que congestionaram os aeroportos e tiraram a paciência dos passageiros, levaram um grupo de senadores, liderados pelo senador José Agripino (DEM-RN), a propor a criação da CPI do Apagão Aéreo.

A CPI foi instalada em 17 de maio, com o objetivo de investigar os problemas no controle do tráfego aéreo e nos principais aeroportos do país. No requerimento de convocação da CPI, os parlamentares destacaram que a crise no setor atingiu seu ponto máximo com a greve dos controladores de voo ocorrida em 30 de março de 2007. No entanto, já no curso dos trabalhos da comissão, os senadores tiveram que reformular a agenda de depoimentos a fim de incluir nas investigações a apuração das causas de um novo acidente aéreo que matou 199 pessoas: em 17 de julho, um Airbus da TAM caiu no Aeroporto de Congonhas (SP).

■ Voto em separado

Os trabalhos da CPI do Apagão Aéreo foram encerrados em 31 de outubro sob protestos da oposição, que chegou a retirar-se do plenário da comissão ao verificar que o relatório do senador Demostenes Torres seria derrubado. Por 6 votos favoráveis da base do governo e 1 contrário (o de Demostenes), foi aprovado o voto em separado do senador João Pedro.

Das 23 pessoas que tiveram seu indiciamento pedido por Demostenes, 21 estavam ligadas à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), mas, no voto em separado, foram retirados nomes como o da ex-diretora da

Anac Denise Abreu e do deputado federal Carlos Wilson (PT-PE), que presidiu a Infraero de 2003 a 2005. Demostenes chegou a acusar Carlos Wilson, em seu relatório, de ter chefiado “um esquema de corrupção dentro da Infraero que pode ter causado prejuízos de mais de R\$ 500 milhões”.

– Lamento que ao final dos trabalhos da CPI só tenham sido apanhadas sardinhas. Os tubarões ficaram livres das acusações – resumiu Demostenes Torres.

João Pedro, por sua vez, afirmou que Carlos Wilson tem “biografia ilibada” e por isso não deveria figurar no relatório final.

Versão de João Pedro foi aprovada com seis votos favoráveis da base governista

■ Privatizar ou não?

Como forma de minimizar os problemas aéreos no país, a CPI aprofundou os debates em torno de um tema polêmico: a privatização dos aeroportos brasileiros. Dos 67 aeroportos que a Infraero administra, somente dez têm lucro, disse o presidente da empresa, Sergio Gaudenzi, em depoimento na Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios.

– Eu não tenho preconceito em relação à privatização. Estamos abertos à discussão, mas uma pergunta precisa ser respondida com clareza: quem assumiria os 57 aeroportos que apresentam déficit? – questionou ele.

JANE ARAÚJO



JOSÉ CRUZ

Demostenes Torres pediu o indiciamento de 23 pessoas no relatório que apresentou perante a CPI do Apagão Aéreo

■ Medidas drásticas

A CPI que investigou o apagão aéreo também discutiu a redistribuição dos vôos na malha aérea nacional. Nesse sentido, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, em depoimento ao colegiado, anunciou a redução de 151 vôos do Aeroporto de Congonhas, que, na época do acidente, havia se transformado no maior ponto de distribuição de vôos do Brasil e da América Latina.

Com a decisão do governo, o Aeroporto de Congonhas, que tem capacidade para atender 12 milhões de passageiros por ano e atendia 18 milhões, deixou de operar com escalas e conexões, e não vai mais receber vôos *charters* ou fretados. Além disso, passou a operar apenas com vôos ponto a ponto.

O relatório de João Pedro excluiu nove pessoas do rol de indiciamentos pedidos pela CPI, entre elas o deputado Carlos Wilson, que presidiu a Infraero entre 2003 e 2005

União que faz a força

Parlamento do Mercosul inicia processo inédito de integração regional

O Parlamento do Mercosul chega ao final de 2007 com a promessa de se consolidar como um importante espaço de discussão política da América do Sul. Durante os primeiros oito meses de funcionamento do órgão, parlamentares de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela estabeleceram as bases para o funcionamento do parlamento, em Montevideu, e deram início a um inédito debate sobre o processo de integração regional.

Os 81 deputados e senadores indicados pelos cinco países que compõem o bloco tomaram posse como parlamentares do Mercosul em 7 de maio, durante sessão especial ocorrida na sede do Congresso do Uruguai. No mesmo dia, foi eleito como presidente o senador paraguaio Alfonso González Núñez, que permaneceu no cargo até o final de junho. Segundo o critério de rotatividade, assumiu a presidência no segundo semestre o deputado uruguaio Roberto Conde.

Já no início da presidência uruguaia, foi aprovado o Regimento Interno do Parlamento do Mercosul. O texto garante a participação da sociedade civil nos debates – principalmente por meio de audiências públicas – e

a transparência das despesas da instituição. O parlamento deverá contar, em 2008, com um orçamento de US\$ 1 milhão.

Durante a sexta sessão da instituição, ocorrida em outubro, foram eleitos os presidentes das dez comissões permanentes. Três delas ficaram com o Brasil: as de Educação, de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional Sustentável. Marisa Serrano (PSDB-MS) foi eleita presidente da Comissão de Educação, que já em novembro aprovou proposta de Aloizio Mercadante (PT-SP) de adoção pelos países do bloco de uma política de instalação de internet de banda larga em todas as escolas públicas do Mercosul.

No Plenário, os parlamentares dos cinco países ainda buscam o caminho mais adequado para os debates. Em setembro, por exemplo, foi rejeitada a inclusão em pauta da situação da liberdade de imprensa na Venezuela. Outro tema polêmico foi adiado para 2008: a definição do número de cadeiras a que cada país terá direito a partir de 2011, quando tomarão posse deputados eleitos diretamente pelas populações dos países do Mercosul. Hoje, todos os países têm o mesmo número de assentos.

Sessão do Parlamento do Mercosul: 81 deputados e senadores tomaram posse em maio em sessão especial no Congresso do Uruguai



MOSEIRA MARIZ



MARCELLO CASAL JR./ABR



MOREIRA MARIZ

Sarney (acima) critica autoritarismo do presidente venezuelano Hugo Chávez (E), que acusou o Senado brasileiro de subserviência aos EUA

Declarações de Chávez motivam reações no Senado

A aprovação, em novembro, de um voto de aplauso ao rei espanhol Juan Carlos, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foi o auge de um ano de desentendimentos entre o Senado brasileiro e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Poucos dias antes, irritado com as freqüentes interrupções do presidente venezuelano ao primeiro-ministro espanhol José Luiz Zapatero, durante a Cúpula Ibero-Americana de Santiago, Juan Carlos fez a Chávez uma pergunta que correu o mundo: “Por qué no te callas?”

A derrota do presidente vene-

zuelano no referendo que mudaria a Constituição para lhe dar superpoderes foi comemorada, em dezembro, pelos senadores José Sarney (PMDB-AP), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Sérgio Guerra (PSDB-PE). Sarney criticara a compra de armas por Chávez. “É um perigo para o Brasil e para toda a América Latina uma potência militar instaurada dentro do continente”, advertiu.

Os conflitos começaram em maio, quando a CRE aprovou requerimento de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fazendo apelo a Hugo Chávez para que revise a decisão de não renovar a

concessão da maior emissora privada de televisão daquele país, a RCTV. Durante sessão do Plenário, 15 senadores se manifestaram contrários à decisão do presidente venezuelano.

Em visita a Manaus, em setembro, Chávez acusou o Senado brasileiro de atrasar a decisão sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul por submissão ao governo dos Estados Unidos. “O Império está falando mais alto”, disse Chávez. Mais tarde, depois da reação do Senado brasileiro, ele negou as declarações e alegou ter sido tratado com preconceito pela imprensa.

■ Vistos dispensados

A exigência de visto para turistas estrangeiros poderá ser dispensada por meio de portaria conjunta dos ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Turismo. É o que estabelece projeto de lei do ex-senador Paulo Octávio (PLS 151/05), aprovado em decisão terminativa

pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O texto foi enviado à Câmara.

A dispensa de visto é concedida aos turistas originários de países que não exigem vistos de turistas brasileiros, de acordo com a chamada política de reciprocidade.

■ Acordos internacionais

Uma série de acordos internacionais foram referendados em 2007. Em novembro, cinco foram ratificados. Entre eles, o que aprovou o Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Brasil e o Reino Unido. E o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a

República de Gana.

Dois acordos com o governo de Angola foram ratificados: sobre Transferência de Pessoas Condenadas e o de Extradicação.

O Senado também acolheu, com emendas, a Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979.

Boas-vindas ao Senado

A Casa recebeu mais de 135 mil pessoas do Brasil e do exterior apenas em 2007

Abaixo, turistas visitam o Senado: 1 milhão de pessoas já estiveram na Casa; ao lado, exibição de documentário em homenagem ao geógrafo Milton Santos

Os brasileiros gostam de visitar o Congresso Nacional. Os registros do Programa de Visitação iniciado em 1995, a cargo da Secretaria de Relações Públicas mostram que em 2007, até novembro, 135 mil cidadãos conheceram as instalações da Casa. O milionésimo visitante desde 1995 deverá ser registrado até o final deste 12º ano do programa.

No Salão Negro, visitantes, servidores e parlamentares viram exposições como a *Artistas Brasileiros 2007 – Novos Talentos em Escultura*, realizada de 8 a 31 de outu-

bro. Na mostra, escultores de expressão regional, indicados pelos senadores de todos os estados, expuseram suas obras ao público brasileiro.

Para comemorar os cem anos do maior arquiteto brasileiro foi exibido, em 18 de março, o documentário *Oscar Niemeyer: a vida é um sopro*.

O Senado também prestou homenagem, em junho, ao geógrafo Milton Santos, falecido em 2001, ao exibir o documentário *Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá*, do cineasta Sílvio Tendler.



FOTOS: MOREIRA MARIZ



Alô Senado

A Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) atua como canal de relacionamento pelo qual a sociedade se manifesta a respeito dos assuntos parlamentares. Um dos serviços é o Alô Senado, que recebe manifestações do cidadão por telefone (0800 61-2211), carta e e-mail. Já o DataSenado realiza pesquisas qualitativas e quantitativas para ouvir a população sobre assuntos que estejam em discussão dentro e fora do Senado.

Biblioteca

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, completou 181 anos de vida em 2007. O acervo é composto por aproximadamente 390 mil volumes, entre livros, folhetos, jornais, periódicos e mapas. Outras mídias, que contêm texto, som e imagem, também estão disponíveis na coleção de multimeios. O acervo é especializado em Ciências Sociais. 60% dos títulos são da área de Direito. A biblioteca é, ainda, depositária das publicações editadas pelo Senado Federal.

Prodasen

Os 35 anos da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) foram comemorados em sessão especial no Plenário em novembro, a requerimento de José Sarney (PMDB-AP). O 1º secretário, Efraim Morais (DEM-PB), lembrou que o Prodasen foi um dos pioneiros no uso de tecnologia da informação no setor público. Para Romeu Tuma (PTB-SP), o órgão aperfeiçoou a infra-estrutura da Casa. O Prodasen administra hoje uma rede de 6.600 computadores.



Transmissão da TV já chega a 60 milhões de pessoas

A TV Senado, que faz 12 anos em fevereiro de 2008, cresceu em sua missão de levar ao cidadão o trabalho dos senadores, alcançando um público potencial de 60 milhões de telespectadores em TV por assinatura, antenas parabólicas e UHF, em sete capitais. Chegar a um número ainda maior de brasileiros é a meta do ano, com a instalação de novas estações UHF e o início da transmissão digital em caráter experimental.

No ano de 2007, a TV exibiu ao vivo mais de 200 sessões plenárias, com quase mil horas de transmissões, além de colocar no ar outras 900 horas de reuniões de comissões, ao vivo e gravadas.

Ainda foram produzidos 1.200 programas de jornalismo e de temas variados de interesse público.

Esse trabalho foi reconhecido também pela sociedade na forma de premiações. Entre elas, o *Repórter Senado – Água*, realizado pelos jornalistas Gus-

tavo Portal e Paulo Acrísio, que recebeu a segunda colocação do Prêmio Docol de Jornalismo. E o programa *Inclusão – Hanseníase, um passado presente*, dirigido e apresentado por Solange Calmon, que foi contemplado com o Prêmio Clara de Assis de TV, da CNBB.

Diversidade de opiniões: o senador Marconi Perillo é entrevistado, nos estúdios da TV Senado, pelo jornalista Beto Almeida



MOREIRA MARIZ



Rádio completa uma década em ritmo de expansão

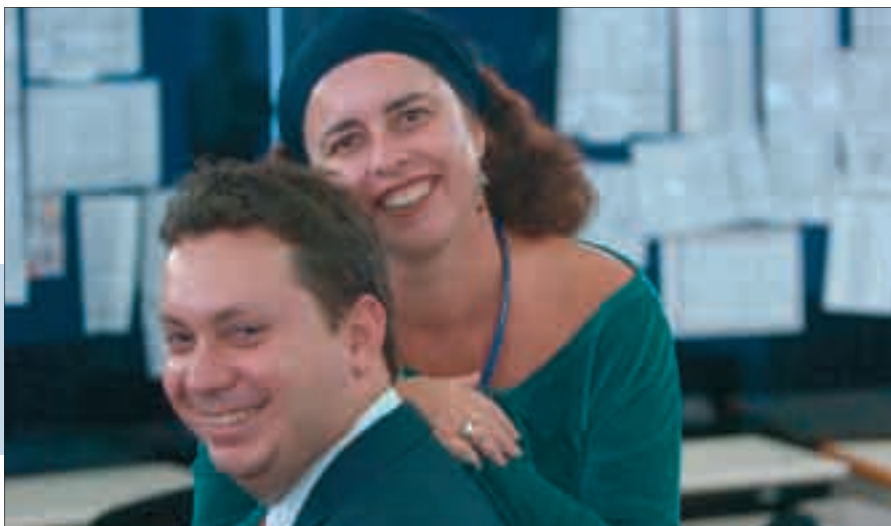
Inaugurada em janeiro de 1997, a Rádio Senado comemorou os seus dez anos com uma programação especial e depoimentos de personalidades que acompanharam a trajetória da emissora. Reportagens sobre temas de interesse nacional, como a violência contra a

mulher e os problemas no setor de transporte, ocuparam lugar de destaque na programação. Foi também um ano de preparativos para a expansão da transmissão em FM a outras capitais, a começar pelo Rio de Janeiro, em 2008.

Nas transmissões em ondas curtas

(5.990 kHz, faixa de 49 metros), o programa *O Senado é mais Brasil* levou aos ouvintes, principalmente das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, informação legislativa e quadros de serviços sobre saúde, direito e meio ambiente.

Já a Rádio Agência mantém um serviço de reportagens e programas produzidos pela Rádio Senado. O acesso pode ser feito pela página www.senado.gov.br/radio. Os principais usuários são as mais de mil emissoras do Brasil e do exterior que fizeram o cadastro que as autoriza a reproduzir o material.



GERALDO MAGELA

Reconhecimento: reportagem *Tapa de amor dói – E muito*, dos jornalistas da Rádio Senado Mauricio de Santi e Larissa Bortoni, foi finalista do 9º Prêmio Imprensa Embratel

Informação e serviço para os cidadãos

O **Jornal do Senado** completou em 2007 o 13º ano de circulação. São mais de 2.700 edições de uma publicação que contribui para dar transparência às atividades do Senado, ao divulgar todas as decisões e debates ocorridos na Casa.

São duas edições: uma diária, que circula de terça a sexta-feira e é distribuída no Distrito Federal, e outra semanal, publicada às segundas-feiras e destinada a leitores de todo o país. A tiragem da diária é de 10 mil exemplares; da semanal, de 60 mil.

Para aprofundar alguns temas em discussão na Casa, o jornal tem produzido encartes temáticos. Em 2007,

três foram elaborados em parceria com a Consultoria Legislativa de Orçamento. Elaborada pela equipe do jornal, a cartilha sobre o Orçamento da União circulará no início de 2008.

O Arquivo Fotográfico também é atribuição do **Jornal do Senado**, que

cuida da guarda, seleção e conservação da produção fotográfica da Casa.

Apenas de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2007, as páginas do **Jornal do Senado** na internet foram acessadas 13,2 milhões de vezes por 366 mil usuários.

**Redação do *Jornal do Senado*:
13 anos de trabalho para
divulgar todas as discussões
e votações ocorridas na Casa**



Agência renova site e entra na era multimídia

Facilitar o acesso do leitor e acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas, em especial aquelas relacionadas à internet, foram as principais motivações para a reformulação integral do site da Agência Senado no ano de 2007. Além

da mudança principal, com a alteração do desenho da página e a integração, em um único espaço, de todo o noticiário diário produzido, o leitor da Agência pôde perceber alterações ao que tornaram o site mais acessível, mais dinâmico,

transparente e interativo.

Recursos multimídia, novo banco de imagens, uma página específica para os discursos de Plenário, menor número de editoriais, um glossário legislativo, e um mecanismo mais visível e simples de busca de notícias estão entre as novidades que acesso maior e mais rápido às informações sobre o Senado.

A Agência também inaugurou um novo espaço de trabalho no Comitê de Imprensa do Senado, recebe hoje cerca de um milhão de acessos ao mês em seu site www.senado.gov.br/agencia.

Jornalistas da Agência Senado: veículo transmite notícias em tempo real e é citado como fonte oficial nos principais veículos de comunicação do país



A 1ª Secretaria e o aperfeiçoamento dos servidores

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), afirma que, apesar de todos os obstáculos políticos que a Casa enfrentou durante o ano – que poderiam ter paralisado as atividades legislativas, mas não o fizeram, lembra Efraim –, o trabalho de capacitação profissional avançou bastante.

Por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, a Primeira Secretaria diversificou e ampliou seu trabalho de integração legislativa, explicou o senador.

A Unilegis, uma iniciativa pioneira que oferece, no âmbito do Legislativo, cursos de graduação a distância, mas também cursos de pós-graduação presenciais (*lato sensu*), cobre diversas disciplinas. Entre os cursos oferecidos, cita Efraim, estão os de Ciência Política, de Comunicação Legislativa, de

Direito Legislativo e de Administração Legislativa.

Apesar de seu objetivo de aprimorar ainda mais a capacitação dos funcionários da Casa, abrindo-lhes portas de maior satisfação pessoal e profissional, a Unilegis ainda não dispõe de sede própria e, por isso, funciona nas dependências do ILB. Efraim informou, no entanto, que o órgão já possui terreno doado pelo Governo do Distrito Federal (junto à ponte JK), bem como projeto elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para a construção de sua sede.

Quanto ao Interlegis, uma parceria do Senado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Efraim lembrou que o programa interliga a Casa a todas as assembleias legislativas dos 26 estados e do Distrito Federal, bem como com mais de 4 mil câmaras municipais.

O senador explica que, por meio do fornecimento de equipamentos de infor-



Efraim informou que pretende incluir todos os municípios no Programa Interlegis

mática e de programas de capacitação de servidores, o Interlegis já representa um relevante instrumento de integração legislativa, trocando informações e experiências.



No dia 7 de novembro, o Senado comemorou os dez anos de criação do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo. A sessão, presidida pelo 1º secretário da Casa, Efraim Morais, contou com a presença de um representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), parceiro da instituição na execução do programa. No mesmo dia, o auditório do Interlegis foi batizado de Senador Antonio Carlos Magalhães. Foi anunciada ainda a adoção do Portal Modelo por dezenas de câmaras de vereadores e assembleias legislativas, bem como a inscrição de mais de 6 mil alunos no Saberes, o Sistema Aberto de Educação Sequenciada do Interlegis.



Outra instituição que completou dez anos em 2007, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) contabiliza cerca de 30 mil alunos em seus cursos nesse período. Só em 2007, até outubro, 2.563 alunos haviam concluído os 51 cursos presenciais oferecidos. A diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, afirmou que o instituto procurou marcar as comemorações da sua primeira década com o aumento da oferta de cursos presenciais e a distância. Até setembro, a Subsecretaria de Pesquisa e Desenvolvimento, Estudos e Projetos certificou 4.316 alunos matriculados nos cursos a distância sem tutoria e 658 em cursos com tutoria. Para o ano que vem, a diretora dessa área, Denise Zaiden, prevê o relançamento do curso de Processo Legislativo, totalmente atualizado.



Com quatro novos cursos de especialização *lato sensu* – Orçamento Público, Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo –, a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) tem hoje 152 alunos matriculados. Aqueles que concluírem a pós-graduação em Orçamento Público receberão a certificação do Instituto Serzedelo Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU), e os que concluírem os outros três terão os títulos certificados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Em 2007, foi realizado o processo seletivo para o curso de Especialização em Administração Legislativa, cujas aulas começam em fevereiro próximo.



MÁRCIA KALUME

O diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, em lançamento de livro, ao lado da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN); à direita, o logotipo do programa Senado Verde, lançado em 2007, focado na preservação do meio ambiente



Diretoria Geral destaca papel do Senado na preservação ambiental

O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, destaca como iniciativa relevante da diretoria em 2007 o Senado Verde – um programa de gestão ambiental pelo qual o Senado faz a sua parte na tentativa de diminuir os danos causados pelo homem ao meio ambiente. A prática, que pretende servir de modelo para outros órgãos, nas três esferas do Poder Público, “representa uma mudança de mentalidade que se desdobra de mil maneiras, agregando apoios e conscientizando usuários, galvanizando idéias para novas tecnologias para evitar velhos desperdícios”, explica Agaciél.

São medidas simples, como o uso do biodiesel nos veículos; a reciclagem da água no setor de transportes e a sua economia em banheiros; a coleta seletiva do lixo e a utilização dos resíduos orgânicos em adubos para plantas; a economia de papel, optando-se pelo papel reciclado sempre que possível e por imprimir só o necessário; bem como a racionalização do uso de energia elétrica.

Como gestor das atividades do Sena-

do, Agaciél Maia diz que busca modernizar a Casa e diminuir custos. Trata-se – explica – de uma estratégia de adoção de tecnologia de ponta e treinamento dos servidores que resultará em aumento de produtividade no oferecimento de apoio logístico aos senadores e às atividades legislativas da Casa.

– Alguns céticos dizem que a questão ambiental é de tal amplitude que a contribuição isolada de uma instituição, mesmo do porte do Senado, não teria nenhuma relevância. Discordo inteiramente, pois iniciativas, mesmo modestas, agregam em torno de si espírito cooperativo e criatividade dos servidores da Casa, altamente gabaritados, dos quais 52% possuem nível superior – disse.

Agaciél ressaltou ainda as iniciativas para resgatar a cidadania das pessoas com deficiência, por meio do aumento do número de contratações e da garantia de acesso dessas pessoas às dependências da Casa. Aqui, também, o diretor aposta no fator “multiplicador de esforços”.

Secretaria Geral busca ser mais acessível

A Secretaria Geral da Mesa, desde março deste ano sob a chefia de Claudia Lyra, vem buscando ser mais acessível, não somente aos gabinetes dos senadores e às consultorias e assessorias da Casa, mas também ao público externo.

No ano de 2007, a Secretaria Geral da Mesa promoveu uma simplificação na consulta aos projetos de lei, requerimentos e resoluções, por meio de um *link* direto na página do Senado na internet. Essa medida atendeu a uma reivindicação antiga de todos os que, ao buscarem acesso à página do Senado a fim de conhecer especificações sobre a atividade legislativa em tramitação, encontravam dificuldades diante de um acesso considerado trabalhoso.

– A tônica do meu trabalho à frente da Secretaria tem sido fortalecer parcerias criativas com todos os órgãos da Casa, por sermos essencialmente uma instância de assessoramento e consulta com múltiplas funções. Sobretudo, além de querermos ser reconhecidos como um órgão competente e profissional, pretendemos ser abertos e amigáveis em relação a todos aqueles que nos procuram – disse Claudia Lyra.



IVOKERA MARIZ

A Secretária Geral da Mesa, Claudia Lyra, no Plenário com os senadores Augusto Botelho e Tião Viana

Informação e serviço



JORNAL DO SENADO
Edição Semanal
11 de dezembro de 2007

JORNAL DO SENADO
Podem ser votados esta semana?

JORNAL DO SENADO
Senadores aprovam pacote que agiliza julgamentos na Justiça

JORNAL DO SENADO
Assinatura gratuita

www.senado.gov.br/jornal